



**JEYCE SCOTT LIMA ALVES**

**O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS:  
UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA**

**2019**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JEYCE SCOTT LIMA ALVES

**O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS NAÇÕES UNIDAS:  
UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA  
PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a conclusão da Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes

JOÃO PESSOA

2019

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

A474p Alves, Jeyce Scott Lima.

O papel da universidade na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: Uma análise dos projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba / Jeyce Scott Lima Alves. - João Pessoa, 2019.

102 f. : il.

Orientação: Henrique de Menezes.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Agenda 2030. 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 3. Implementação. 4. Universidades. 5. Extensão Universitária. I. de Menezes, Henrique. II. Título.

UFPB/CCSA

JEYCE SCOTT LIMA ALVES

**“O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA”**

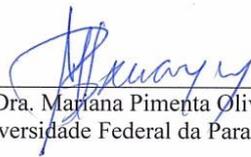
Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado (a) em: 19/09/2019

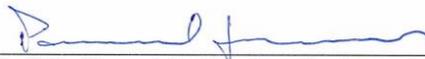
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes – (Orientador)  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dra. Mariana Pimenta Oliveira Baccharini  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

*A todos meus familiares que sempre apoiaram os sonhos da primeira jovem da família a concluir uma graduação em universidade pública, a eles todo meu amor e gratidão.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família por sempre acreditarem que a educação mudaria nossa realidade. À minha avó, Maria das Neves, uma mulher que criou seus quatro filhos sozinha, vencendo a fome e a desesperança todos os dias e que me ensinou que o futuro é incerto, mas o presente nos oferece a oportunidade de batalhar por um amanhã melhor. À minha mãe, Waldenice, que desde minha infância fez tudo o que pôde para me oferecer o que ela não teve enquanto menina e que até hoje sustenta a mim e minha irmã com toda a sua força. Ao meu pai, José Alves, que apoia minhas decisões e me encoraja a trilhar as minhas incertas jornadas. À minha irmã, Jeanne, que cuidou de mim enquanto nossos pais trabalhavam na infância e que até hoje insiste em vigiar por mim. A minha tia, Valdinez, primeira da família a graduar-se e que hoje é mestra, que me foi exemplo de superação. Aos meus primos, Pamela, Paloma e Nevaldo, somos hoje o reflexo da coragem de nossa família e que não nos esqueçamos disto.

Agradeço ao corpo docente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, por terem sido meu referencial por todos estes anos, por serem exemplo de qualificação, humanidade e competência. Nunca nestes anos de minha graduação soube de tanto amor empenhado por um grupo de professores na UFPB, amor este que não me permitiu desistir nas inúmeras vezes que achei que não conseguiria chegar até aqui. Meu agradecimento especial ao meu professor orientador Henrique Zeferino de Menezes, que ao longo dos últimos anos me guiou e tanto me ensinou, a ele minha promessa de prestar mais atenção na conjugação do verbo haver. Minha gratidão à Universidade Federal da Paraíba na pessoa de seus servidores, principalmente aqueles que tanta ajudam o corpo docente no Departamento de Relações internacionais, e ainda aos funcionários terceirizados que mantém nossa instituição funcionando e que também são os mais vulneráveis nos tempos sombrios que vivenciamos.

Aos meus amigos de trabalho da Diretoria Executiva de Desenvolvimento Estudantil, minha gratidão por terem me apoiado tanto nos últimos meses, fui agraciada com um trabalho que tanto amo e com pessoas que me inspiram todos os dias, sem vocês eu não conseguiria ter concluído este trabalho. O mesmo é válido para os meus amigos da turma 2015.1, obrigada por todos estes anos de companheirismo, amizade e afeto, vocês merecem o mundo!

*“Há riqueza bastante no mundo para as  
necessidades do homem, mas não para a sua  
ambição”.*  
*Mahatma Gandhi*

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as principais questões inerentes à participação do setor acadêmico no que concerne à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial, analisa-se as contribuições da Universidade Federal da Paraíba para com a execução da nova agenda através de seus projetos de extensão universitária. Partindo de uma revisão de literatura especializada, inicialmente, busca-se identificar os principais desafios na implementação dos ODS, por conseguinte, o papel da academia diante destas problemáticas é explorado. Tendo como plano de fundo este estudo, são analisados os projetos de extensão da UFPB aprovados pelo Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) nos anos de 2018 e 2019, estabelecendo-se um vínculo entre estas atividades e as metas da Agenda 2030, o que resulta na construção de um amplo inventário que permite a identificação de ações de extensão na instituição que contribuem para o alcance da Agenda 2030. Conclui-se que sendo um dos principais responsáveis pela produção de conhecimento científico e tecnológico no mundo, o setor acadêmico conserva um papel crítico na implementação da Agenda 2030 e que a extensão universitária, como no caso da Universidade Federal da Paraíba, exemplificam o potencial de contribuição das instituições de ensino superior.

**Palavras-chave:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030. Implementação. Universidades. Extensão Universitária.

## ABSTRACT

This paper aims to analyze the main issues inherent to the participation of the academic sector regarding the implementation of the Sustainable Development Goals (SDGs), in particular, it focus on the contributions of the Federal University of Paraíba to the implementation of the new agenda through its extension projects. Starting with a review of specialized literature, initially, seeks to identify the main challenges to the implementation of the SDGs, therefore, the role of academia in face of these issues is explored. With the background of this study, the UFPB extension projects approved by the Extension Scholarship Program in 2018 and 2019 are analyzed, establishing a link between these activities and the 2030 Agenda targets, that results in the construction of a large inventory that allows the identification of extension actions in the institution that contribute to the achievement of the 2030 Agenda. It is concluded that being one of the main responsible actors for the production of scientific and technological knowledge in the world, the academic sector retains a critical role in the implementation of the 2030 Agenda and that university extension, as in the case of the Federal University of Paraíba, exemplifies the potential contribution of higher education institutions.

**Keywords:** Sustainable Development Goals. 2030 Agenda. Implementation. Universities. University Extension.

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

<b>Figura 1</b> – Definição de responsabilidade social corporativa.....	15
<b>Gráfico 1</b> – Análise tipológica das metas da Agenda 2030.....	26
<b>Figura 2</b> – A atuação das universidades através de quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável principais e a conexão destes para com os demais objetivos.....	33
<b>Figura 3</b> – Benefícios da relação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Academia.....	45
<b>Figura 4</b> – Processo de integração dos ODS pela Academia.....	56
<b>Gráfico 2</b> – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2018 alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	15
<b>Gráfico 3</b> – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2018 vinculados as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável...	26
<b>Gráfico 4</b> – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2019 alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	33
<b>Gráfico 5</b> – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2019 vinculados as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável...	45
<b>Gráfico 6</b> – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2018 de acordo com a abrangência definida por seus respectivos coordenadores.....	15
<b>Gráfico 7</b> – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2018 de acordo com diagnóstico de aplicabilidade.....	26
<b>Gráfico 8</b> – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2019 de acordo com diagnóstico de aplicabilidade.....	33
<b>Gráfico 9</b> – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2018 e seu potencial de continuidade.....	45
<b>Gráfico 10</b> – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2019 e seu potencial de continuidade.....	56
<b>Gráfico 11</b> – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2018 alinhados a ciência, tecnologia, tecnologia social e capacitação humana.....	15

**Gráfico 12** – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2019 alinhados a ciência, tecnologia, tecnologia social e capacitação humana..... 26

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	15
<b>Quadro 2</b> – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 17 e suas metas.....	26
<b>Quadro 3</b> – Transferência de C,I&T para países em desenvolvimento de acordo com as metas do ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura.....	15
<b>Quadro 4</b> – Conceituação de ciência, tecnologia, tecnologia social e capacitação humana...	26

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Agenda 2030	Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
COP 21	Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2015
C,T&I	Ciência, tecnologia e inovação
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EUAC	Environmental Association for Universities and Colleges
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros
MFT	Mecanismo de Facilitação de Tecnologia
NOS	Organizações Nacionais de Estatísticas
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRAC	Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
PRIME	Gestão Responsável em Educação
PROBEX	Programa de Bolsas de Extensão
RIO+20	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
SDSN	Sustainable Development Solutions Network
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNCLOS	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNFCCC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1 A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): PRINCIPAIS DESAFIOS E PROBLEMÁTICAS</b> .....	18
1.1 O processo de transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	19
1.2 Estrutura e perspectivas dos ODS .....	24
1.2.1 Críticas aos ODS .....	30
1.3 Os desafios da implementação da Agenda 2030 .....	32
1.4 Os agentes responsáveis pela implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	39
1.4.1 Governos e parlamentos .....	40
1.4.2 Nações Unidas.....	42
1.4.3 Atores regionais e sub-regionais .....	44
1.4.4 Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.....	46
1.4.5 Sociedade Civil .....	48
1.4.6 Negócios e Setor Privado.....	49
1.4.7 Comunidade Científica e Acadêmica.....	52
<b>2 O PAPEL DA ACADEMIA NA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)</b> .....	55
2.1 A importância da produção científica e tecnológica para o desenvolvimento sustentável	56
2.2 Análise tipológica das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) .	61
2.1.1 Ciência.....	61
2.2.2 Tecnologia.....	62
2.2.3 Tecnologia Social.....	63
2.2.4 Capacitação Humana.....	63

2.2.5 Diagnóstico tipológico das metas dos ODS .....	64
2.3 Relação entre as universidades e a Agenda 2030: Principais escopos de atuação e contribuições.....	65
2.4 Explorando potencialidades: Universidades como parceiras para a implementação dos ODS	70
<b>3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>76</b>
3.1 Academia e comunidade: O impacto dos projetos de extensão.....	77
3.2 Extensão universitária e os ODS: Mapeamento da contribuição da UFPB na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) através de seus projetos de extensão.....	80
3.3 Análise tipológica dos projetos de Extensão da Universidade Federal da Paraíba: Ciência, tecnologia, tecnologia social e capacitação humana .....	89
3.4 Oportunidades a serem exploradas pela Universidade Federal da Paraíba como agente de implementação da Agenda ODS.....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>97</b>

## INTRODUÇÃO

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram adotados em Setembro de 2015 na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas como a agenda substituta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) com o propósito de guiar os esforços globais direcionados ao desenvolvimento sustentável. Mais abrangente que a antecessora, a Agenda 2030 não somente aborda temas negligenciados pelos ODM, mas também se caracteriza por ser universal e fortemente interligada, possibilitando a formulação de respostas mais eficientes e perduráveis aos desafios de implementação do novo plano de ação.

A partir da adoção dos ODS, o debate direcionou-se às problemáticas que cercam a execução da agenda, discussões dentro e entre Estados voltaram-se, assim, às ações que detivessem potencial de impacto positivo no alcance dos objetivos. Entretanto, a própria Agenda 2030 evidencia que não existe um único meio para que os países cumpram com as 169 metas que compõem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, endossa que não somente governos ou chefes de Estado são os responsáveis pela prática de ações que conduzirão o mundo a um futuro mais próspero e que a participação efetiva dos chamados *stakeholders* como o setor privado, terciário, sociedade civil, academia, e outros que detenham o potencial de contribuir com a implementação da agenda é necessária.

Neste contexto o presente trabalho objetiva analisar o papel de um ator específico na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a academia. Este objetivo é cumprido por meio da elaboração de quatro objetivos específicos. Primeiramente, busca-se identificar as principais problemáticas acerca da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para isto no que tange ao aspecto metodológico, uma revisão bibliográfica é realizada, inicialmente avaliando o processo de transição da Agenda ODM para a Agenda ODS, não perdendo de vista os avanços conquistados e os desafios herdados neste processo, ainda a nova agenda é colocada em foco, assim, examinando-se suas perspectivas e problemáticas quanto a sua estrutura, bem como quanto a sua implementação.

Posteriormente, lançando-se mão da mesma metodologia, busca-se identificar o papel da produção de conhecimento científico e tecnológico proveniente das universidades no desenvolvimento de práticas voltadas aos ODS. Para isto, a importância de temas como ciência, tecnologia e inovação é observada, bem como as nuances do relacionamento entre a academia e a Agenda 2030, como os principais escopos de atuação do setor e as potencialidades a serem exploradas neste contexto.

Não obstante, é realizado um mapeamento dos projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba aprovados nos editais do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) nos anos de 2018 e 2019 e por fim, a avaliação de quais deles se alinham a metas da Agenda 2030, trabalhando assim com a seguinte pergunta de pesquisa que norteia este estudo: a Universidade Federal da Paraíba, através de sua extensão universitária, é exemplo do impacto do setor acadêmico na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

Neste trabalho postulam-se três hipóteses, a primeira de que diante dos desafios de execução do plano de ação pós-2015, a universidade tem grande potencial de contribuição na formulação de práticas eficientes para a implementação da agenda, através da produção de conhecimento científico e tecnológico; a segunda de que os projetos de extensão universitária formam espaços singulares onde a produção de conhecimento é vinculada a prática do saber e que portanto, constituem-se um objeto de estudo significativo quando se trata do papel da universidade na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; e por fim, que os projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba por vezes alinham-se à Agenda 2030, mesmo que de maneira não proposital, e contribuem assim com a produção de conhecimento e práticas relevantes à implementação dos ODS no estado da Paraíba.

Assim, o primeiro capítulo trata dos problemas e desafios inerentes à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o segundo capítulo apresenta as discussões envolvendo o papel do setor acadêmico na execução da agenda, e por fim o terceiro capítulo direciona-se à análise dos projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba aprovados nos editais do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) nos anos de 2018 e 2019, com a finalidade de testar a última hipótese aqui apresentada, bem como de responder a pergunta de pesquisa deste trabalho.

Algumas das conclusões deste trabalho são que os ODS dispõem de diversas problemáticas no que concerne a sua implementação e é neste cenário que a academia detém um potencial indiscutível para contribuir com a agenda, sendo uma das principais produtoras de conhecimento científico e tecnológico, as universidades conservam um papel crítico indispensável para o alcance destes objetivos. Compreender o papel da academia neste processo, através do estudo detalhado da extensão universitária da Universidade Federal da Paraíba que se mostrou fortemente vinculada a Agenda 2030, tem a função de afirmar a importância deste setor para o sucesso da agenda, bem como é meio de dar visibilidade ao trabalho desempenhado pela comunidade acadêmica e científica da instituição no que concerne ao desenvolvimento sustentável.

## **1 A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): PRINCIPAIS DESAFIOS E PROBLEMÁTICAS**

Quando tratamos de desenvolvimento internacional, existe atualmente uma agenda norteadora para o tema, denominada como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esta agenda é fruto de um longo processo de discussões que remetem a sua agenda precursora, intitulada como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e esta última a um longo processo histórico envolvendo debates sobre determinados temas – como fome, pobreza, educação, mortalidade infantil - a nível nacional, bem como em grandes conferências das Nações Unidas desde a criação desta organização, discussões estas que ganharam ainda mais força na década de 1990, com o término da Guerra Fria (JANUZZI, 2018).

Assim, tratando-se de uma agenda vinculada historicamente a múltiplas contendas, não é uma surpresa que na atualidade alguns destes problemas ainda persistam no que tange a implementação de uma agenda internacional comum que objetiva a construção de um mundo melhor para os que estão aqui e para as gerações que estão por vir através do desenvolvimento sustentável. O debate a cerca destas problemáticas faz-se necessário para que estas não se tornem impedimentos à adoção e execução da agenda e para que estes objetivos por fim, não acabem tornando-se apenas um conjunto de propostas que são parcialmente adotadas e que ao final de seu prazo entrem para história como mais um plano fracassado cheio de ingênuas aspirações.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável formam um plano ambicioso constituído por temas nunca antes considerados relevantes para o desenvolvimento internacional. Desta sua amplitude e universalidade também surgem obstáculos, porém o propósito da agenda em si é o maior desafio, afinal destinar os esforços de toda a humanidade a um caminho diferenciado, na esperança de um mundo melhor em um futuro que pode ou não chegar não parece ser uma tarefa fácil, entretanto considerando que este futuro torna-se cada vez mais incerto e nebuloso caso esta mudança de curso não seja adotada cabe a toda comunidade global assegurar o destino do planeta, sem que ninguém seja deixado para trás (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

No sentido de compreender os meios e os desafios quanto à implementação da Agenda 2030, inicialmente exploram-se as lacunas da agenda antecessora aos ODS, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e como estas foram (ou não) solucionadas pelo novo plano norteador; posteriormente busca-se esclarecer a estrutura da nova agenda de desenvolvimento,

bem como suas multifacetadas perspectivas entendendo assim seu caráter amplo e universal; logo após segue uma investigação quanto aos desafios e problemas de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em escalas sub-nacional, nacional e global; tratando ao fim do capítulo sobre os agentes responsáveis pela implementação da Agenda 2030, bem como seus respectivos papéis nesta tarefa.

### **1.1 O processo de transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

Realizou-se em setembro de 2000 o United Nations Millennium Summit, encontro entre líderes mundiais onde a Declaração do Milênio das Nações Unidas foi discutida e no ano seguinte aprovada na Assembléia Geral das Nações Unidas. Esta agenda objetivava, por meio de oito objetivos e duas dezenas de metas, combater os principais males que afligiam a humanidade e o planeta em um prazo de 15 anos. Acabar com a fome e a miséria; alcançar a educação primária universal de qualidade; promover a igualdade de gênero e a valorização das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde das gestantes; combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças; assegurar a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente e; desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento; formavam a Agenda de Desenvolvimento do Milênio, sendo o “primeiro esforço para concentrar a atenção do mundo em um conjunto compartilhado de metas de desenvolvimento.” (NYGARD, 2017, p. 3).

É válido ressaltar que a pauta do desenvolvimento sustentável era alvo de discussões e pautas internacionais muito antes do estabelecimento dos ODM. A Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (1948) exemplifica como debates a cerca de temas como saúde, bem-estar e alimentação ganharam destaque após a Segunda Grande Guerra Mundial e ainda mais com a atuação da Organização das Nações Unidas e suas sucessivas conferências para tratar destes assuntos com os líderes mundiais. A década de 1990 representa um marco histórico neste processo Nesta década foram publicados importantes relatórios do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre o desenvolvimento mundial e humano, além da reativação das conferências das Nações Unidas foram, dando novo fôlego aos debates sobre desenvolvimento internacional (HULME, 2009),

Mesmo considerando este longo processo repleto de marcos históricos importantes, nunca antes na história havia sido estabelecida uma agenda com tamanha projeção e sucesso no campo político. A aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio firmaram a

disposição mundial em combater males que assolam a humanidade por séculos. Para o então Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon “Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram os mais bem-sucedidos esforços para combater a pobreza em toda a história” (NAÇÕES UNIDAS, 2013, p.3). Segundo a Lancet and London International Development Centre Commission (2010) as maiores contribuições dos ODM ao debate sobre desenvolvimento foram: incentivo ao consenso político global, fornecimento de foco para advocacy, melhoria na focalização e fluxo de ajuda, e evolução no monitoramento de projetos de desenvolvimento.

O fato dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio terem sido considerados relativamente inovadores na época não foi motivo para que fosse poupado de críticas Januzzi (2018) interpreta a agenda como minimalista quando se tratava dos direitos sociais. Outra crítica alegava que a disposição dos ODM em termos absolutos era problemática, principalmente para os países e regiões em desenvolvimento que dispunham a época de uma baixa disponibilidade de dados estatísticos (CARVALHO; BARCELLOS, 2014). Para Fukuda-Parr (2016) os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio constituíam uma agenda voltada muito mais para os países em desenvolvimento do que para o mundo em sua totalidade, tratava-se de uma agenda de ajuda norte-sul. Ainda, lhe carecia o viés de tratamento das questões causadoras dos problemas, faltava-lhe profundidade, bem como uma visão sub-nacional quanto às desigualdades internas nos Estados. Por fim, uma última crítica a ser mencionada seria o caráter tecnocrático da agenda, demonstrando que os ODM foram constituídos de maneira pouco consultiva.

Diante das críticas e lacunas, os progressos alcançados através dos esforços internacionais para atingir os objetivos da agenda ODM são surpreendentes, o que fica evidente no relatório final dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2013) intitulado “Uma vida de dignidade para todos: acelerando o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e avançando na agenda de desenvolvimento das Nações Unidas para o pós-2015”. Nele evidenciam-se avanços através da observação de algumas taxas como as que correspondiam à miséria no mundo, reduzindo-se de 47% para 14%. Outro exemplo seria a quantidade de crianças em idade escolar no mundo que não frequentavam a escola primária, que diminuíram de mais de 100 milhões para cerca de 57 milhões. A mortalidade materna diminuiu de 330 por 100.000 nascidos vivos para 210 por 100.000. “Essas conquistas são impressionantes, mas ainda são desiguais entre os países e muitos países ainda estão

atrasados” (NYGARD, 2017, p. 3). Entretanto, como já apontava o relatório final dos ODM, a tarefa não havia acabado em 2015 com o final da agenda ODM, ainda havia muito a ser feito.

O que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio trazem como experiência para todas as agendas internacionais de desenvolvimento futuras é que, primeiro, um plano norteador com esta finalidade baseia-se não no alcance completo de suas metas, mas em uma busca constante dos atores envolvidos em tentar alcançá-las, sendo assim uma importante ferramenta de avanço. Outro aprendizado foi de que é importante estabelecer metas globais para o desenvolvimento, porém os avanços em escala nacional têm um significado extremamente relevante para o desenvolvimento da comunidade global e devem ser considerados. Mais uma observação que foi possível através dos ODM é que o desenvolvimento internacional como agenda global é uma ferramenta de incentivo aos países desenvolvidos para que contribuam para com os países em desenvolvimento através da ajuda internacional e para que estes últimos busquem cada vez mais o desenvolvimento nacional. Até mesmo os problemas quanto à falta de dados estatísticos servem de base para que as agendas futuras tratem a questão com a devida atenção, afinal o monitoramento é importante para que se conclua se determinado plano foi bem-sucedido e onde estão as falhas que devem ser corrigidas futuramente (CARVALHO; BARCELLOS, 2014).

O fim da agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a criação de um novo plano norteador de políticas mundiais pelo desenvolvimento oferecia a oportunidade de corrigir lacunas e aperfeiçoar propostas, sendo este o momento ideal para explorar as críticas aos ODM. No âmbito das Nações Unidas o processo de transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para uma nova agenda iniciou-se com a Cúpula de Revisão de 2010 aprofundando-se com a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 2012, a Rio+20, resultando desta última o documento “O Futuro que Queremos” (NAÇÕES UNIDAS, 2012) que serviu de registro quanto ao comprometimento dos líderes mundiais para com o desenvolvimento sustentável em dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Tendo em vista estes acontecimentos, a Agenda Pós-2015 passa a ser elaborada e discutida amplamente, a exemplo do *Open Working Group*<sup>1</sup> - um grupo de trabalho composto por 30 membros responsável pela elaboração do novo plano norteador voltado para o desenvolvimento sustentável - ou ainda, o *Intergovernmental Committee of Experts on*

---

<sup>1</sup>Para mais informações quanto *Open Working Group*: <https://sustainabledevelopment.un.org/owg.html>

*Sustainable Development Financing*<sup>2</sup> - um comitê intergovernamental, formado por 30 especialistas nomeados por grupos regionais, igualmente, encarregados por mobilizar recursos de fontes plurais e pelo uso eficaz destas, a fim de dar maior apoio aos países em desenvolvimento. Outro exemplo seria o *United Nations High-level Political Forum on Sustainable Development*<sup>3</sup> – substituindo a Comissão de Desenvolvimento Sustentável, o fórum tem um papel central no acompanhamento e revisão da Agenda 2030. Logo, observa-se a criação de órgãos com o intuito de debater e construir uma agenda internacional para o desenvolvimento sustentável, e não obstante o fortalecimento de agentes já existentes como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) (NAÇÕES UNIDAS, 2013).

Assim, em setembro de 2015, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável na Assembléia Geral das Nações Unidas, foi negociada a adoção da nova agenda substituindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com seus oito objetivos e pouco mais que vinte metas. A agenda substituta, - os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – constitui-se por 17 objetivos, 169 metas e pouco mais de 230 indicadores. No que tange ao próprio processo de discussão e adoção da agenda, este se diferiu dos ODM em seu caráter tecnocrático. O processo de elaboração dos ODS foi desenvolvido através de negociações políticas fervorosas entre os Estados por três anos, incluindo representantes da sociedade civil, acadêmicos, grupos empresariais, agências das Nações Unidas e organizações não-governamentais, “A ONU pediu informações de qualquer pessoa em qualquer lugar. Isso ressaltou o fato de que essas novas metas devem pertencer às pessoas” (NYGARD, 2017, p. 4).

A Agenda 2030 caracteriza-se por ser mais abrangente do que sua antecessora, críticas como a omissão a temas importantes para o desenvolvimento nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio foram observados de maneira a qual os ODS formaram uma agenda mais ampla e profunda do que os ODM. Partindo do mesmo princípio que a agenda anterior, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são curtos e de fácil memorização, já suas 169 metas são exemplo de aperfeiçoamento de imprecisões anteriores, sendo doravante, em sua maior parte, metas tangíveis e mensuráveis. A agenda ainda detém cerca de 230 indicadores que devem ser complementados nacionalmente, não obstante, é apontado como de responsabilidade dos países que estes cheguem a um meio ou prática efetiva de

---

<sup>2</sup>Para mais informações quanto *Intergovernmental Committee of Experts on Sustainable Development Financing*: <https://sustainabledevelopment.un.org/intergovernmental/financecommittee>

<sup>3</sup> Para mais informações quanto *United Nations High-level Political Forum on Sustainable Development* <https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf>

implementação da Agenda 2030 em seus Estados, para que assim os objetivos possam ser alcançados. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nortearam as discussões de desenvolvimento por 15 anos e este é o prazo que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável detêm – a partir de sua adoção – para orientar as questões inerentes ao desenvolvimento sustentável. “Comparativamente aos ODM, os ODS refletem uma expansão significativa no consenso político internacional relacionado a questões ambientais globais, de direitos humanos e fortalecimento de processos de governança nacional” (JANUZZI, 2018, p. 18).

Para a ONU “Os 17 Objetivos são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 2). Sendo esta integração e conexão entre os objetivos mais uma característica da Agenda ODS que a torna diferenciada e que a tornaria mais eficiente. A idéia, segundo o então secretário-geral das nações Ban Ki-Moon, seria de que a agenda sucessora aos ODM direcionasse os esforços aos “objetivos que estão mais atrasados e em países que enfrentam desafios específicos de desenvolvimento [...]. Ao fazê-lo, deve-se prestar atenção especial às necessidades e direitos dos mais vulneráveis e excluídos [...]” (NAÇÕES UNIDAS, 2013, p.9).

Entretanto, a verdade é que muitas coisas mudaram desde a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2001 até a aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2015 e, novos desafios surgiram e muitos que já existiam intensificaram-se. Três grandes áreas formam a base para o desenvolvimento sustentável, contribuindo umas com as outras, sendo elas: desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Temas antes não abordados pelos ODM, que seriam parte integral destas três dimensões, não poderiam mais ser negligenciados no principal plano de desenvolvimento internacional, tópicos como desigualdade, demografia, mudanças climáticas, parcerias, governança, direitos humanos e migração deveriam ser incluídos eficientemente na nova agenda e para realizá-la todos precisariam “reconhecer as profundas transformações necessárias para enfrentar os desafios emergentes do desenvolvimento sustentável” (NAÇÕES UNIDAS, 2013, p.19).

Pode-se, portanto dizer que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável desfrutaram de um longo processo onde buscou-se não cometer os erros do passado – ou dos planos e agendas passadas – o que não significa que a própria agenda não tenha falhas ou que a elaboração, transição e adoção do plano tenha sido mais simples. Foram anos em que as

relações internacionais e a diplomacia trabalharam arduamente na alocação de interesses, articulação de uma agenda ampla e universal - bem como complexa em sua implementação -, em um panorama global com tensões já existentes e com novas surgindo (NILO; FERNANDES, 2015).

## **1.2 Estrutura e perspectivas dos ODS**

Em setembro de 2015, durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável realizada na 70ª Assembléia Geral das Nações Unidas, a comunidade internacional concordou em estabelecer 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como agenda substituta aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que chegavam ao seu último ano vigente. Baseada em sua antecessora e com o desafio de cumprir o que esta não pode, a Agenda 2030 com suas 169 metas e cerca de 230 indicadores é ampla e ambiciosa e caracterizada por ser interligada e integrada, toda ela é baseada nas três grandes dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

Estruturada, basicamente, em cinco grandes áreas, os ODS constituem o plano de ação que norteará o desenvolvimento internacional até 2030, seus pilares são: Pessoas – almejando acabar com a pobreza e a fome e garantindo dignidade e igualdade a todos; Planeta – buscando construir meios de vida e consumo sustentáveis, protegendo o planeta, bem como seus recursos; Prosperidade – para que o desenvolvimento econômico seja acompanhado pelo progresso social em consonância com a preservação ambiental; Paz – perseguindo o propósito de construir sociedades livres da violência em todas as suas formas; e Parcerias – para que um mundo melhor para todos possa ser alcançado uma parceria global pelo desenvolvimento sustentável faz-se necessária, priorizando as necessidades dos menos desenvolvidos e mais vulneráveis (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

O documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (2015) registra além da estrutura da agenda com seus objetivos e metas de desenvolvimento o compromisso dos líderes mundiais para com a agenda pós-2015, considerada por eles potencialmente transformadora. Os fundamentos históricos também são lembrados, como a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração do Milênio, as grandes conferências e cúpulas das Nações Unidas e entre outros, reafirmando a idéia de que a agenda não foi construída apenas nos três anos anteriores a sua adoção, ela é resultado de um longo e árduo processo que deve continuar

afinal o mundo está em constante mudança e desafios continuam a surgir. É importante compreender que os ODS constituem uma plataforma de discussão sobre potenciais desafios ao desenvolvimento sustentável, não findando em si mesmos, os objetivos podem servir de apoio a debates e fóruns que tratem do tema.

Considerando que o mundo enfrenta grandes problemas, porém o momento também oferece oportunidades para o progresso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável formam uma agenda aplicável a todos, respeitando as especificidades nacionais. Múltiplos setores são responsabilizados pela implementação da agenda do nível local ao global devendo, inclusive, trabalhar sob um caráter tradutor da agenda para que todos os países, dentro de suas capacidades, possam trabalhar para alcançar as metas da Agenda 2030 e assim todos possam juntos progredir (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Para que este progresso possa ser alcançado um dos pilares que constituem a agenda ODS deve neste momento ser explorado, as parcerias são fundamentais e devem ir além da ajuda oficial para o desenvolvimento e as relações intergovernamentais. Colaborações com o setor privado, a sociedade civil organizada, organizações internacionais e diversos outros atores fazem-se necessárias. Na Agenda 2030 o Objetivo 17 da agenda pós-2015 aborda a importância das parcerias globais, estas que não se restringem a recursos financeiros e também são observadas na transferência de tecnologias e estratégias.

A declaração em que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são firmados dispõe de informações essenciais quanto aos passos a serem dados após a adoção da agenda, passando pelo processo de implementação, bem como o de monitoramento e avaliação. O que a experiência com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio exemplificou é que tudo isso se torna ainda mais complicado quando não existem meios ou dados estatísticos para se aferir os níveis de desenvolvimento e progresso nas suas mais diversas formas. Assim, o compromisso pactuado pela comunidade internacional na declaração para com o reforço destas capacidades estatísticas é de suma importância para garantir a eficiência do processo de implementação da Agenda 2030 (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Com base em propostas do *Open Working Group* e através de um dos processos de elaboração de agenda mais inclusivos da história os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram adotados com uma estrutura muito próxima as dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com objetivos claros, metas aspiracionais e universais e indicadores capazes de aferir os avanços alcançados. Entretanto, é observável na estrutura da nova agenda que esta é bem mais inclusiva por considerar as diferentes especificidades e

níveis de desenvolvimento nacionais, permitindo assim que os indicadores fossem adaptados internamente pelos países, cabendo aos Estados internalizarem os ODS e alinharem seus processos e pautas internas a agenda. O reconhecimento da diversidade é uma marca da Agenda 2030, o entendimento de que determinados países e grupos precisam de políticas direcionadas é um passo importante para o desenvolvimento sustentável em suas dimensões.

### Quadro 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Objetivo 1.	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
Objetivo 2.	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Objetivo 3.	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
Objetivo 4.	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Objetivo 5.	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
Objetivo 6.	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos
Objetivo 7.	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
Objetivo 8.	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
Objetivo 9.	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
Objetivo 10.	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
Objetivo 11.	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Objetivo 12.	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
Objetivo 13.	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
Objetivo 14.	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
Objetivo 15.	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres,

	gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
Objetivo 16.	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
Objetivo 17.	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Nações Unidas (2015, p. 18-19)

A visibilidade que temas antes negligenciados pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio recebem nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é perceptível, primeiramente a amplitude é observável pelo aumento do número de objetivos que passaram de oito para dezessete, bem como pela quantidade de metas que passaram a considerar múltiplas formas de avanço em um mesmo objetivo. Um exemplo é o ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; este objetivo supera em todos os sentidos o ODM 3 - Promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres; isto pois apesar dos objetivos serem similares diferem-se fortemente através de suas metas. Enquanto o ODM 3 considerava quase que estritamente a igualdade de gênero no acesso à educação o ODS 5 em suas metas aborda tópicos como discriminação, violência, trabalho, bem-estar, autonomia e saúde sexual e reprodutiva. Sobre isso Fukuda-Parr explica que “Chamar atenção para os aspectos das relações de poder de gênero que são percebidos como muito privados, sensíveis demais ou irrelevantes para as preocupações do desenvolvimento é fundamental” (2016, p. 6).

Quando se analisa o caráter integrado e indivisível da Agenda 2030 percebe-se que avanços em certos temas não estão estritamente descritos e vinculados a um ODS específico. O Objetivo 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; por exemplo, em sua meta 1.4 diz que é necessário garantir o acesso igualitário para todos os homens e mulheres aos recursos econômicos através de diversos meios, logo, as questões de gênero não são exclusivamente tratadas pelo ODS 5. Outro caso que pode ser citado relativo ao mesmo tema é que no Objetivo 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; a meta 3.1 trata da redução da mortalidade materna, enquanto a meta 3.7 trata do acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva e planejamento familiar. Segundo Silva e Lima (2017), as palavras-chave “mulheres” e gênero” são encontradas nos

Objetivos 1, 2, 4,5, 6, 8,10, 11, 13 e 17, para Le Blanc (2015) estes casos podem ser definidos como metas ‘estendidas’ aos ODS 5, enquanto as metas deste ODS são as ‘centrais’.

Este mesmo fenômeno é perceptível em outros temas e ODS, no caso do Objetivo 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; outros quatro ODS segundo Le Blanc (2015) apresentam metas ‘estendidas’ ao Objetivo 3, sendo os ODS 2, 6, 11 e 12. Os exemplos dos Objetivos 5 e 3 e suas múltiplas conexões com outros ODS são reflexo da própria estrutura da agenda que possibilita esta interação inter-setorial. O diálogo permite que esforços direcionados a um ODS sejam reconhecidos e auferidos em outro objetivo, incentivando a produção de estratégias mais eficientes e resultados sinérgicos, não permitindo, assim que algum ODS seja negligenciado. Como visto acima “Para muitas das áreas temáticas cobertas pelos ODS, as metas relacionadas a essas áreas são encontradas não apenas sob o seu objetivo homônimo (quando existe), mas em uma série de outras metas também” (LE BLANC, 2015, p. 182).

O viés inovador dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não é visível apenas através de suas metas - que tornam a Agenda ODS bem mais robusta que sua antecessora-, novos objetivos foram criados visando complementar o plano tornando-o mais eficiente e proporcionando debates e mudanças mais profundas. Um exemplo disto é o de que discussões importantes para o alcance do ODM 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental; como energia limpa e o papel das indústrias neste processo foram esquecidas na agenda ODM. O ODS 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos e o ODS 9 - Construir infra-estruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; corrigem essas lacunas e ainda redimensionam os tópicos para que eles tenham impacto direto no progresso econômico e social.

Este processo de redimensionamento no âmbito social é evidenciado com a criação do Objetivo 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; nacionalizando e sub-nacionalizando as discussões, reconhecendo a diversidade e as especificidades de pessoas e nações, permitindo que os Estados atuem de acordo com suas capacidades, admitindo a pluralidade nos níveis de progresso e assumindo a responsabilidade de priorizar e amparar os mais vulneráveis, bem como revertendo tendências nocivas. Ou ainda, através do Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; promovendo o combate à violência e crimes em suas diversas

formas, garantindo o reconhecimento das pessoas como cidadãos que merecem acesso a justiça, a informação e a todos os seus direitos, fortalecendo instituições e garantindo a participação destas na governança global (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Além da nova abrangência em níveis ambientais e sociais, disposições incorporando a dimensão econômica no desenvolvimento sustentável foram adicionadas a Agenda 2030, como por exemplo, o Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; e o próprio Objetivo 10, citando anteriormente. “Os objetivos e suas metas abordam e incorporam muitas questões que os grupos da sociedade civil ou os países em desenvolvimento defendem para abordar as estruturas de poder que produzem e reproduzem a pobreza e a desigualdade” (FUKUDA-PARR, 2016, p. 45).

Outro objetivo que representa um grande avanço na formação do plano de ação para o desenvolvimento sustentável pós-2015 é o ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável; baseada no ODM 8 - Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento; o Objetivo 17 trata dos meios de implementação necessários para concretizar as aspirações da Agenda 2030. Assim, este ODS aborda as parcerias globais que devem ser firmadas no âmbito das finanças, da tecnologia, da capacitação, do comércio e de questões sistêmicas (coerência de políticas e institucional; parcerias multissetoriais, dados, monitoramento e prestação de contas) (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

E é desta maneira que o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (2015) é finalizado, abordando os meios de implementação da agenda, reafirmando a necessidade de construir uma parceria global pelo desenvolvimento sustentável e reiterando o fato da agenda ser universal e aplicável em todos os países, mas que se deve nacionalizar a agenda e integrá-la aos processos e pautas domésticos, ao mesmo tempo em que países e grupos vulneráveis devem prioritariamente receber um apoio diferenciado de acordo com suas respectivas condições e especificidades para que assim possam progredir. Ainda, uma convocatória a todo o setor privado é realizada, sendo este setor apontado como o maior responsável pela produtividade, criatividade e geração de emprego no mundo, devendo, portanto, direcionar seus esforços para o alcance do desenvolvimento sustentável.

Uma atenção especial também é direcionada ao acompanhamento e avaliação da Agenda 2030 que são baseados nos seguintes tópicos: apropriação nacional e avaliação global

baseada em estatísticas nacionais; todos os países devem ser acompanhados; orientação para o longo prazo e para identificação de falhas que possam ser corrigidas; todas as partes interessadas podem participar do processo; o acompanhamento deve ser realizado prioritariamente em plataformas já existentes; o rigor é característica deste processo; o sistema de dados será reforçado de acordo com as necessidades de cada país; o apoio das Nações Unidas é imprescindível; os indicadores globais deverão ser acompanhados por indicadores nacionais e regionais; os países terão apoio de acordo com o grau de vulnerabilidade que apresentam; revisões regulares fazem parte integral do processo. (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

### **1.2.1 Críticas aos ODS**

Apesar dos notáveis avanços dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável quando comparados com a agenda antecessora o fato é que os ODS não podem ser poupados de críticas. Para Pogge e Sengupta a Agenda 2030 “não cumpre seu propósito auto-proclamado de inspirar e orientar um esforço internacional concertado para erradicar a pobreza extrema em todos os lugares em todas as suas formas” (2015, p. 56). Para estes autores, apesar da existência do Objetivo 17 que trata especificamente dos meios de implementação, a agenda pós-2015 falha quando não define os agentes competentes responsáveis por cada tarefa, deixando espaço para que estes atores não assumam o compromisso para com o cumprimento da agenda “Uma questão necessária é quem irá fazer o quê para implementar os ODS” (SPANGEBERG, 2017, p. 5).

Outra crítica é que apesar de ampla e universal, a Agenda 2030 não promove mudanças estruturais na economia mundial, sendo esta a maior responsável pela promoção e permanência da pobreza e da desigualdade no mundo, para Pogge e Sengupta (2015) apenas a ajuda oficial para o desenvolvimento não é suficiente para que países vulneráveis superem os anos de supressão. Esta mesma visão é compartilhada por Kopnina (2016) que aponta a contradição em aspirar que todas as pessoas saiam da pobreza sem promover mudanças no sistema de produção internacional, já que sem estas alterações o consumo dispararia e uma crise de recursos ainda maior seria uma inevitável consequência.

Para Pietricovsky (2015) as lacunas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vão além, no âmbito dos direitos humanos, muitas violações não são abordadas com propriedade pela agenda, como direitos da comunidade LGBT, migrantes e refugiados. “Os

direitos dos povos indígenas e todos os direitos sexuais estão notavelmente ausentes [...] Os dogmas religiosos impediram que gays, lésbicas, transgêneros e trabalhadores do sexo, por exemplo, tivessem espaço na proposta construída.” (NILO; HAZARD, 2014, P. 10). Pogge e Sengupta acreditam que determinados temas nesta área foram cuidadosamente evitados na formulação dos ODS, “países em desenvolvimento têm lutado arduamente pela inclusão de alvos e linguagem nacionalmente determináveis no respeito ao espaço político nacional (meta 17.15), temendo que eles não sejam capazes de cumprir o ônus de 'metas zero' [...] (2015, p. 58).

Quanto ao último tópico abordado pelo documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (2015) Pogge e Sengupta (2015) não enxergam nos métodos adotados qualquer imparcialidade para com as plataformas utilizadas para aferimento, afinal, dados fornecidos pelo próprio país avaliado podem ser parciais, o ideal seria a criação de uma organização internacional independente formada por especialistas de alto nível. “Nesse contexto, também nos preocupa que o sistema ONU ainda não tenha bons mecanismos de transparência e *accountability* e, assim como os governos, esteja cada vez mais dependente e, certamente, mais influenciado, pelo setor corporativo privado” (NILO; HAZARD, 2014, P. 10).

Kopnina (2016) é ainda mais cética quanto aos ODS, acredita que se alcançados levarão o planeta e humanidade para padrões de consumo e produção ainda mais insustentáveis do que na atualidade, diz que “quando os interesses econômicos são colocados ante a proteção do meio ambiente, os objetivos de desenvolvimento econômico provavelmente superarão as preocupações ecológicas” (2016, p. 114), por isso as emissões de carbono não diminuem, ou a perda da biodiversidade na Terra não desacelera, bem como o desmatamento não decresce, a agenda pós-2015 não seria um plano de ação para o crescimento sustentável mais do que uma agenda para sustentar um crescimento insustentável. Para Kumi *et al* (2014) esta priorização pelo desenvolvimento econômico ante o progresso social e a proteção ambiental é uma característica do neoliberalismo que busca a submissão destas duas últimas dimensões ao mercado capitalista, proporcionando assim um ambiente propício ao bom e pleno funcionamento do mercado. É observável que a agenda econômica neoliberal e a de desenvolvimento sustentável não são complementares e quando estas duas são colocadas em confronto, historicamente, a primeira é privilegiada. Ainda, outro fato problematizado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por Kopnina (2016) é a aparente hierarquização dos países em uma escala desenvolvimento, onde os ‘países em

desenvolvimento’ deveriam alcançar determinados níveis de progresso para que pudessem se assemelhar as ‘nações desenvolvidas.

Por fim, mais um desafio do que uma crítica, os ODS – assim como os ODM – constituem uma agenda que não é juridicamente vinculante, não passando de um acordo voluntário. Pogge e Sengupta (2015) definem este fato como uma desvantagem que poderia ser explorada como uma oportunidade, já que quando não existem obrigações legais, os Estados estariam dispostos a adotar metas mais ousadas. Entretanto, como exemplificado pelas críticas anteriormente exploradas, a Agenda 2030 possui uma série de lacunas que poderiam ser solucionadas se os ODS fossem mais ambiciosos e profundos em aspirações e estrutura. Alguns destas críticas são refletidas em desafios a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estes serão abordados a seguir.

### **1.3 Os desafios da implementação da Agenda 2030**

Como visto anteriormente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável formam uma agenda ampla e universal que abarca temas negligenciados pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, sendo fruto de um processo de discussão e aperfeiçoamento. Ainda sim, a agenda é alvo de diversas críticas quanto a sua estrutura, bem como quanto ao seu processo de implementação, monitoramento, avaliação e revisão. De fato, após a ratificação da Agenda 2030 toda a atenção voltou-se a sua execução e nesta fase determinados desafios devem ser enfrentados para que os ODS sejam cumpridos eficazmente.

De início, a abrangência da agenda pode tornar-se problemática, “A seletividade poderia levar à negligência de metas [...]” (FUKUDA-PARR, 2016, p. 50). Já na agenda ODM certos objetivos eram privilegiados em detrimento de outros, variando de acordo com países, regiões, governos e interesses, doravante com um plano mais ambicioso o problema torna-se ainda mais crítico. Apontada como outro problema, a linguagem complexa empregada na constituição dos objetivos e metas é consequência de um de longo e cuidadoso processo de negociação, “a tentação seria simplificar essa linguagem e eliminar os importantes qualificadores” (FUKUDA-PARR, 2016, p. 50).

Como visto anteriormente, a Agenda 2030 detém cerca de 230 indicadores, estes indicadores devem ser adaptados e complementados com indicadores nacionais, isto, pois, apesar de ser uma agenda aplicável a todos os países, buscou-se corrigir as falhas da Agenda

ODM no que se refere a não se reconhecer as especificidades e dificuldades de determinados países e regiões. Foi declarado no documento final da agenda pós-2015 que:

Os ODS e metas são integrados e indivisíveis, de natureza global e universalmente aplicáveis, tendo em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais. As metas são definidas como aspiracionais e globais, com cada governo definindo suas próprias metas nacionais, guiados pelo nível global de ambição, mas levando em conta as circunstâncias nacionais. Cada governo também vai decidir como essas metas aspiracionais e globais devem ser incorporadas no processos, políticas e estratégias nacionais de planejamento. É importante reconhecer o vínculo entre o desenvolvimento sustentável e outros processos relevantes em curso nos campos econômico, social e ambiental.  
(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 17)

Porém para Fukuda-Parr (2016, p. 50), a redução da pressão política sobre os governos nacionais pode levá-los a abordar os ODS de maneira despreziosa. Para a formulação de um plano de indicadores nacional categórico se faz necessário realizar um mapeamento das condições econômicas, sociais e ambientais locais, bem como das políticas públicas executadas no Estado voltado para estas três grandes áreas, para que a partir disto, indicadores sejam criados e ações sejam direcionadas e aprimoradas visando o cumprimento de determinadas metas e objetivos do plano de ação.

Já nesta fase inicial de implementação da Agenda diversos países encontram dificuldades, “Há metas para as quais não existem ainda medidas regulares e amplamente disponíveis pelos países [...]” (JANUZZI, 2018, p. 19). Uma falha reconhecida também no documento final dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

Reconhecemos que os dados de referência para várias das metas permanecem indisponíveis, e pedimos um maior apoio para o fortalecimento da coleta de dados e do desenvolvimento de capacidades nos Estados-membros para desenvolver dados de referência nacionais e globais onde eles ainda não existam. Comprometemo-nos a corrigir essa falha na coleta de dados, de modo a informar melhor a medição do progresso, em particular para aquelas metas em que não há metas numéricas claras.  
(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 17)

Para uma implementação eficiente da agenda, a obtenção de dados é um fator decisivo para definir quais meios de execução serão adotados neste processo. Outro contratempo neste sentido é a dificuldade de certos Estados em obter estatísticas que refletem fielmente a realidade de seu país. “Para realizar todo o potencial da agenda dos ODS, no entanto, as National Statistical Organizations (NSOs), precisam ir além dessas fontes oficiais de estatísticas” (NYGARD, 2017, p. 16). Este, pois, é um desafio para estas organizações que possuem um perfil tradicionalmente conservador no que se refere a obtenção de dados e

formulação de estatísticas, evidencia-se assim, uma necessidade de especializar estas entidades.

A estrutura da agenda não é problemática apenas no que tange aos indicadores, já nos objetivos questões sensíveis são alvo de debates na comunidade internacional. No que se refere aos objetivos que tratam de paz e justiça, por exemplo, “[...] Muitos países ainda defendem firmemente sua soberania” (NYGARD, 2017, p. 15). O fato dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ainda serem, por diversas vezes, problematizados em demasiado por certos países e/ou governos é um desafio para implementação da agenda, sendo um plano internacional de desenvolvimento, a agenda evidencia que a colaboração de todas as nações - e pessoas - é essencial para seu êxito.

Ainda tratando do meio internacional e seus impactos no processo de implementação da Agenda 2030, para Georgeson e Maslin (2018, p. 7) a própria organização idealizadora dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável necessita revisar e aperfeiçoar sua estrutura de governança e determinar com maior clareza as funções dos seus diversos órgãos internos. Seu papel de coordenação internacional é essencial para o sucesso dos ODS, as comissões regionais, por exemplo, fornecem um espaço para “desenvolver abordagens integradas entre os países que compartilham realidades econômicas, sociais, ambientais e culturais semelhantes” (NAÇÕES UNIDAS, 2015g, p. 2), tendo assim um papel essencial para a criação de meios eficazes de implementação da Agenda 203, bem como de incentivo à parceria global pela execução do plano de ação.

Foi dito que a própria estrutura das Nações Unidas precisa ser revista para que a implementação da Agenda 2030 se dê de maneira mais eficiente, novamente esta estrutura mostra-se problemática, desta vez para empresas que consideram a organização internacional complexa, inacessível e burocrática, e que, não obstante, não deixa claro os meios para a construção desta relação. A estruturação de parcerias entre os diversos setores responsáveis diretamente pela implementação dos ODS precisa ser consolidada, enquanto isso, a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável continuará suscetível as consequências destas lacunas.

Tratou-se dos papéis dos governos nacionais e das parcerias internacionais pelo desenvolvimento, porém a responsabilidade de execução da agenda vai além de políticas estritamente governamentais. Caracterizada por ser uma agenda que demanda esforços e parcerias *multistakeholders* diversos setores são responsabilizados por sua implementação, incluindo, por exemplo, organizações não-governamentais, o setor privado, e entre outros.

A atividade empresarial privada, o investimento e a inovação são os principais impulsionadores da produtividade, do crescimento econômico inclusivo e da criação de emprego. Reconhecemos a diversidade do setor privado, que vai desde as microempresas e cooperativas às multinacionais. Convocamos todas as empresas a aplicar sua criatividade e inovação na resolução dos desafios do desenvolvimento sustentável. Vamos promover um setor empresarial dinâmico e funcional, ao mesmo tempo em que protegemos os direitos trabalhistas e as normas ambientais e sanitárias em conformidade com as normas e acordos internacionais relevantes e outras iniciativas em curso a este respeito, tais como os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos e as normas de trabalho da OIT, a Convenção sobre os Direitos da Criança e os acordos-chave ambientais multilaterais, para as partes nesses acordos.  
(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 41)

Uma gama de possibilidades e potencialidades surge quando se aborda o desenvolvimento sustentável como compromisso de entidades estatais e não estatais, porém problemáticas também emergem quando se aborda atores que atuam fora do escopo dos Estados. Para Torres-Rahman *et al* (2015), o setor privado tem muito a colaborar, bem como ganhar com uma atuação de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, porém é necessário construir uma relação de compreensão e confiança mútua entre os representantes dos Estados e este setor. Ainda, se faz necessário esclarecer como cada organização pode contribuir de maneira prática e direta com a agenda, alinhando os ODS a competências e interesses específicos das empresas, assim, estas compreenderão seu o papel a ser desempenhado e com qual objetivo.

Como observado, governos e entidades locais têm um papel importante a desempenhar no processo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, principalmente no que concerne à formulação de meios que levem a práticas eficientes voltadas aos ODS. Porém, é válido ressaltar que todos os problemas citados para implementação da Agenda 2030 podem ser mais eficazmente abordados através da colaboração entre os órgãos nacionais e o meio internacional, por isso o ODS 17 que trata de parcerias para a implantação foi criado. Por ser uma agenda global de desenvolvimento a cooperação global deve ser fomentada, substituindo progressivamente seus caracteres de ajuda internacional para o de parceria entre os países.

Os Objetivos e metas da Agenda lidam com os meios necessários para concretizar as nossas ambições coletivas. Os meios implementação das metas sob cada ODS e sob o Objetivo 17, acima mencionados, são fundamentais para a concretização da nossa Agenda e são de igual importância em relação aos outros Objetivos e metas. Devemos conceder-lhes a mesma prioridade em nossos esforços de implementação e no quadro indicador global para o monitoramento de nosso progresso.  
(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 39)

De fato, é observável na Agenda ODS que esta não busca impor aos países e demais atores envolvidos a forma como estes conduzirão a implementação do plano de ação. Apesar dos países terem ratificado a agenda estabelecendo um compromisso para com sua execução à mesma deixa um espaço livre para que os Estados determinem quais os meios que serão utilizados para esta finalidade, de acordo com suas capacidades e recursos. Porém, o ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável – e as ‘metas meio de implementação’ da Agenda 2030 norteiam a sua fase de implementação.

O Objetivo 17 e suas 19 metas juntamente as 43 ‘metas meio de implementação’ distribuídas ao longo da agenda são consideradas fundamentais para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, incentivando a parceria global, bem como a participação *multistakeholder* de atores como o setor privado, academia e sociedade civil. Este incentivo se dá em setores como finanças, tecnologia, capacitação, comércio e questões sistêmicas.

Embora a Agenda2030 ressalte que cada país possui responsabilidade primária sobre seu próprio desenvolvimento econômico e social, e destaque a centralidade das políticas e estratégias de desenvolvimento nacional para o alcance dos ODS, o objetivo 17 aborda diferentes frentes associadas ao desenvolvimento sustentável e comporta metas predominantemente voltadas para a ação internacional baseada na cooperação e auxílio aos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. Também apresenta alguns mecanismos (assistência técnica, recursos financeiros, descentralização de conhecimentos e fortalecimento de capacidades institucionais) que serão fundamentais para concretude do plano de ação da Agenda2030.

(LIMA E SILVA, 2017, p. 36)

Com tantas instituições e grupos responsabilizados pela execução de práticas voltadas à implementação da Agenda 2030 a falha na responsabilização já vista nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio é observada novamente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os ODS [...] não especificam quem é responsável por cada meta proposta e quem deve fazer o que para atingir cada meta. Sem detalhar tais responsabilidades específicas, os ODS propostos deixam muito do trabalho para os países mais pobres e continuam sendo uma mera lista de desejos com pouca força moral.

(POGGE & SENGUPTA, 2015, p. 3)

**Quadro 2 – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 17 e suas metas**

<b>Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável</b>
<b>Finanças</b>
<b>17.1</b> Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas
<b>17.2</b> Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos
<b>17.3</b> Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes
<b>17.4</b> Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento
<b>17.5</b> Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos
<b>Tecnologia</b>
<b>17.6</b> Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global
<b>17.7</b> Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado
<b>17.8</b> Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação
<b>Capacitação</b>
<b>17.9</b> Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular
<b>Comércio</b>

<b>17.10</b> Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha
<b>17.11</b> Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020
<b>17.12</b> Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado
<b>Questões sistêmicas</b>
<i>Coerência de políticas e institucional</i>
<b>17.13</b> Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas
<b>17.14</b> Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável
<b>17.15</b> Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável
<i>As parcerias multissetoriais</i>
<b>17.16</b> Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento
<b>17.17</b> Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias
<i>Dados, monitoramento e prestação de contas</i>
<b>17.18</b> Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais
<b>17.19</b> Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento

Fonte: Nações Unidas (2015, p. 37-39)

É válido observar o fato das metas ‘meio de implementação’ e o próprio ODS 17 não estarem voltados aos outros objetivos e metas, estes constroem um tipo de agenda paralela que não demonstra atenção ao caráter universal, interligado e indivisível da Agenda 2030.

“Por exemplo, promover o aumento do consumo para aliviar a pobreza pode levar ao fracasso de outros objetivos, como o manejo sustentável da água.” (STAFFORD-SMITH et al., 2017).

Além desta ausência de vínculos entre estas metas e o restante da agenda internacional para o desenvolvimento sustentável, Lima e Silva aponta que falta também o estabelecimento de prazos na maior parte destas ‘metas meio de implementação’, observa também que “igualmente complexa foi a discussão quanto aos mecanismos de financiamento dos ODS, tendo em vista que o levantamento de uma quantidade significativa de recursos será essencial para implementação dos objetivos para o desenvolvimento sustentável” (2017, p. 43).

#### **1.4 Os agentes responsáveis pela implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

Como observado anteriormente, já no período de elaboração da agenda pós-2015 buscou-se a participação de diversos setores na fase, essa nova abordagem aos *stakeholders* segundo Chasek (2016) democratizou o processo e contribuiu para com a apropriação da agenda por estes atores, além disso proporcionou maior legitimidade ao plano de ação através de uma ampla consulta a nível global das mais diversas partes interessadas na nova agenda internacional para o desenvolvimento sustentável. Para Sarwar (2015), este processo caracterizado por ser consultivo e amplamente negociado em diversas esferas incentiva a adesão dos atores, bem como uma implementação mais eficiente da Agenda 2030 nos planos domésticos e regionais.

Logo, como resultado de um longo processo de discussões intergovernamentais e interssetoriais, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constituem um conjunto de propósitos os quais a própria comunidade internacional definiu para si mesma, sendo um acordo que reflete múltiplas visões de mundo (LE BLANC, 2015). O alto nível de integração de diversos setores no processo de formulação dos ODS é um dos motivos do fato da agenda ser tão ampla, abrangido temas antes negligenciados, sendo capaz de ser vinculada a quase todas as áreas inerentes a vida humana.

Devido a sua amplitude é de se esperar que os governos nacionais sozinhos não possam ser responsáveis pela implementação de um plano historicamente tão ambicioso e que, portanto estes devam recorrer e proporcionar uma maior parceria global.

“Nós, os povos” são as celebradas palavras de abertura da Carta da ONU. E são “nós os povos” que estão embarcando hoje na estrada para 2030. Nossa jornada vai envolver governos, bem como os parlamentos, o Sistema das Nações Unidas e

outras instituições internacionais, autoridades locais, povos indígenas, sociedade civil, os negócios e o setor privado, a comunidade científica e acadêmica – e todas as pessoas. Milhões já se envolveram com – e passarão a deter – esta Agenda. É uma Agenda do povo, pelo povo e para o povo – e isto, acreditamos, irá garantir o seu sucesso.

(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 16).

A importância da parceria global é evidenciada em uma das metas do ODS 17, sendo ela a meta 17.16.

Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, *expertise*, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 39)

### 1.4.1 Governos e parlamentos

Apesar do caráter consultivo adotado na formulação da Agenda 2030 e por essa ser apontada como responsabilidade de diversos setores, o plano foi adotado por chefes de estado e altos representantes de países que fazem parte da Organização das Nações Unidas (ONU). Estes adotaram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em nome de todos aqueles aos quais eles representam em suas nações, assim, os ODS representam o comprometimento destes líderes, bem como de seus Estados para com a erradicação de grandes males que afligem a humanidade, ainda para com o desenvolvimento baseado no crescimento econômico, no progresso social e na preservação da natureza (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Nunca antes os líderes mundiais comprometeram-se a uma ação comum e um esforço via uma agenda política tão ampla e universal. Estamos criando juntos um caminho rumo ao desenvolvimento sustentável, nos dedicando coletivamente à busca do desenvolvimento global e da cooperação vantajosa para todos, que podem trazer enormes ganhos para todos os países e todas as partes do mundo.

(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 7).

Como um plano internacional de desenvolvimento, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem ir além dos ciclos governamentais, dispondo de uma estrutura contínua nos Estados, para que assim o compromisso assumido pelos países seja preservado mesmo com a eleição de novos líderes nacionais. O fomento desta visão de Estado é necessária, para que assim, os grupos políticos domésticos incluam em suas diretrizes e programas estratégias voltadas a implementação dos ODS.

As Nações Unidas no Brasil (2017) apontam seis estratégias para que as organizações políticas consigam incorporar a Agenda 2030 em seus programas: (1) É necessário conhecer

os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas múltiplas perspectivas, (2) Deve-se diagnosticar a situação do país de acordo com os ODS, (3) Após o diagnóstico dos desafios, tem-se que buscar a transformação do país através da agenda, (4) Em seguida, é preciso que se estabeleçam objetivos realistas em função da Agenda 2030, (5) Criando planos e políticas estratégicas voltados ao cumprimento dos ODS, priorizando parcerias, e por fim, (6) Mecanismos de fiscalização perenes devem ser criados para fiscalização do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de modo que o público tenha acesso a estas informações.

O fato da Agenda 2030 ter como um de seus princípios a apropriação nacional torna o papel dos governos essencial, a apropriação e adaptação da agenda segundo o contexto de cada país, de acordo com suas “realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando as políticas e prioridades nacionais” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 3), é per se um desafio aos países que devem passar a planejar as políticas domésticas sob a luz dos ODS, enquanto também é uma oportunidade de garantir grandes vantagens ao Estado em questão.

O reconhecimento de que cada país enfrenta desafios específicos a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável garante que Estados mais vulneráveis e em desenvolvimento recebam uma atenção especial, assim como os pequenos Estados insulares, os sem litoral, os em situação de conflito ou pós-conflito e os países africanos. A Agenda 2030 aborda os meios necessários para a implementação do plano de ação em todo o mundo, passando pela “mobilização de recursos financeiros, bem como o reforço das capacidades e a transferência de tecnologias ambientalmente adequadas” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 8).

A responsabilidade pela catalisação de fontes de financiamento recai em boa parte aos países desenvolvidos dotados de capacidade de cooperar e ajudar os países com dificuldades em implementar a agenda, no plano doméstico os parlamentos nacionais são imprescindíveis para a adoção de orçamentos direcionados a implementação dos ODS.

Destacamos que o financiamento público internacional desempenha um papel importante como complemento dos esforços dos países para mobilizar os recursos públicos internamente, especialmente nos países mais pobres e vulneráveis com recursos internos limitados. Uma utilização importante do financiamento público internacional, incluindo a Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD, ou ODA na sigla em inglês), é catalisar a mobilização de recursos adicionais de outras fontes, públicas e privadas.  
(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 14).

Além de questões econômicas, são os Estados, também através de seus parlamentos, os responsáveis pela elaboração de leis domésticas capazes de contribuir para com a preservação ambiental e suas múltiplas perspectivas de acordo com a Conferência das Nações

Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2015 (COP21) em Paris, também sob uma ótica de cooperação e parceria global. (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Não basta reduzir a pressão sobre os recursos naturais, há que se garantir igualdade de oportunidades a todos os cidadãos e prosperidade dos setores produtivos para que cidades e nações se desenvolvam com equilíbrio, hoje e no futuro. Para isso, é necessário um esforço concertado, onde os governos têm um papel-chave. (BIDERMAN, MACEDO, MONZONI NETO, MAZON, 2008, p. 13)

Bem como, são os responsáveis primários pela avaliação e acompanhamento das atividades voltadas a implementação da Agenda 2030 com base no desenvolvimento de indicadores nacionais para este aferimento. “Na prática, cada país tem responsabilidade e soberania por seu próprio desenvolvimento e implementação dos ODS, dentro de um ambiente econômico e de governança internacional favorável.” (STAFFORD-SMITH et al., 2017, p. 916).

Os governos nacionais admitem serem imprescindíveis ao adotar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, porém responsabilizam outros setores pela execução da agenda pós-2015, como expresso pelo Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Reconhecemos que não vamos ser capazes de alcançar nossos Objetivos e metas ambiciosas sem uma Parceria Global revitalizada e reforçada e de meios de implementação comparativamente ambiciosos. A Parceria Global revitalizada facilitará um envolvimento global intensivo em apoio à implementação de todos os Objetivos e metas, reunindo governos, sociedade civil, setor privado, o Sistema das Nações Unidas e outros atores e mobilizando todos os recursos disponíveis. (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 39).

## 1.4.2 Nações Unidas

Foi no septuagésimo aniversário das Nações Unidas e em sua sede em Nova York que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram adotados. Foi no âmbito desta organização que se deram os processos de elaboração, como grande parte das consultas públicas, ou ainda pelos trabalhos realizados pelo *Open Working Group*, voltados a formulação da agenda pós-2015. Dentre muitos acordos e declarações que guiaram o processo de criação dos ODS, a Carta das Nações Unidas fundamentou a nova agenda, através de seus propósitos e princípios, e as grandes conferências e cúpulas da ONU formaram os pilares da Agenda 2030.

Não somente surgindo do âmbito das Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de muitas maneiras sustentam-se nos diversos aparatos da

organização, como na UNFCCC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima) que permanece sendo o “principal fórum internacional e intergovernamental para negociar a resposta global à mudança climática” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 11), ou ainda no Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos.

O fato é de que a grandiosa aparelhagem da ONU é essencial na parceria global tantas vezes evidenciada como indispensável pela agenda pós-2015.

Sublinhamos a importância do papel e da vantagem comparativa de um Sistema das Nações Unidas munido de recursos adequados, relevante, coerente, eficiente e eficaz no apoio à realização dos ODS e do desenvolvimento sustentável. Embora destacando a importância da apropriação nacional reforçada e da liderança em nível nacional, expressamos o nosso apoio ao Diálogo do ECOSOC [Conselho Econômico e Social] em curso sobre o posicionamento de longo prazo do sistema de desenvolvimento das Nações Unidas no contexto dessa Agenda. (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 14-15).

Os ODS surgem não como um único meio de promover as discussões necessárias ao desenvolvimento sustentável, na verdade, o plano de ação propõe o debate em múltiplas esferas e níveis, assegurando, por exemplo, o cumprimento de compromissos discriminados pela UNCLOS (Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar) ou ainda, o funcionamento pleno do Fundo Verde para o Clima e até mesmo reafirmando a continuidade das conferências das Nações Unidas para as mais diversas discussões inerentes ao desenvolvimento sustentável.

Além do comprometimento para com a plena operação das Nações Unidas, a Agenda 2030 também atribui à organização novos desafios, como no objetivo 17.6:

Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global. (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 37).

Uma problemática a ser enfrentada pelas ONU é agir de maneira coordenada para com os outros setores responsabilizados pela implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, garantindo que os avanços se sustentem e os problemas sejam resolvidos de maneira eficiente através da cooperação multissetorial e da utilização da expertise de diversos parceiros. Um exemplo de como os ODS contribuem para com a integração das Nações Unidas com parceiros potenciais para implementação da agenda pós- 2015 é o lançamento de um Mecanismo de Facilitação de Tecnologia, estabelecido pela Agenda de Ação de Adis Abeba.

O Mecanismo de Facilitação de Tecnologia será baseado em uma colaboração multissetorial entre Estados-membros, sociedade civil, setor privado, comunidade científica, entidades das Nações Unidas e outras partes interessadas e será composto por: uma Equipe de Trabalho Interagencial das Nações Unidas sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS; um Fórum Multissetorial colaborativo sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS; e uma plataforma online. (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 42).

Além de protagonizar a elaboração e implementação da Agenda 2030, a ONU também é responsável por prestar apoio aos processos de acompanhamento e avaliação da execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Estes processos são voluntários e realizados pelos países, de acordo com o princípio de apropriação nacional da agenda - sem negligenciar os princípios da universidade, integração e inter-relação das dimensões de desenvolvimento sustentável, também basilares dos ODS. Ainda, são orientados ao longo prazo - identificando e resolvendo falhas, buscando a eficiência -, bem como são abertos a participação de quaisquer partes interessadas no processo, respeitando as diversidades internas e os direitos humanos, baseando-se (se possível) em plataformas já existentes e em evidências e requerendo o reforço de sistemas de dados em países em desenvolvimento e em certos graus de vulnerabilidade. (NAÇÕES UNIDAS, 2015). As Nações Unidas tem um papel singular no suporte a todas estas fases, principalmente as que tratam de produções e análises estatísticas.

### **1.4.3 Atores regionais e sub-regionais**

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como visto anteriormente, devem ser apropriados nacionalmente pelos Estados e por estes devem ser acompanhados e avaliados constantemente, visando à eficiência na execução da agenda. Porém, não é somente o nacional que é considerado subseqüentemente ao plano internacional, as esferas regionais e sub-regionais também são mencionadas pelos ODS como importante para uma implementação eficaz do plano de ação pós-2015. “reconhecemos a importância das dimensões regionais e sub-regionais, a integração econômica regional e a interconexão no desenvolvimento sustentável.” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 8).

O reconhecimento das especificidades e potencialidades para além do âmbito nacional é um avanço significativo da Agenda 2030 comparada com os planos de desenvolvimento internacional anteriores. Estes quadros mais singulares permitem que a agenda seja traduzida mais eficazmente em ações concretas, bem como possibilita que esta seja tomada como pertencente a localidade, logo, cada vez mais atores domésticos se apoderam da

responsabilidade de implementar um plano de desenvolvimento que de adéqua a seu ambiente e o considera como uma parte importante de um plano global.

A perspectiva regional é considerada no Objetivo 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; como visto na meta-meio 1.b: “Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 20). Ainda no Objetivo 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; observável na meta 2.5:

Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.  
(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 21)

Este plano é abordado ainda pelo Objetivo 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; através da meta 9.1: “Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 28). No Objetivo 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; visível na meta-meio 11.a: “Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 30).

Fundamental para a apropriação e implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável o campo regional é trazido também no ODS dedicado a execução da agenda, o Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável; por meio da meta 17.6 referente a tecnologia, que diz:

Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global.  
(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 27).

A perspectiva regional é essencial para a implementação de ações eficazes voltadas ao desenvolvimento, considerando-se potencialidades e dificuldades locais. Para Junqueira “Com a crescente escassez de recursos e o surgimento de custos associados a tais recursos, o desenvolvimento local passa a ser considerado alternativa para melhoria da qualidade de vida das populações” (2000, p. 118). Sendo o progresso social um dos pilares da Agenda 2030, não seria possível implementar um plano que continuasse a histórica negligência à importância local, sendo este uma espaço propício a participação e apropriação comunitária dos ODS.

O Objetivo 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; é essencial também para este processo, o reconhecimento da “cidade como o espaço onde o cidadão participa das decisões das políticas públicas, [...] necessidade de integrá-las como um meio de otimizar recursos para melhorar a qualidade de vida da população” (JUNQUEIRA, 2000, p. 119) possibilita a criação de estratégias efetivas para a resolução de desafios sociais.

Neste momento, o fortalecimento da cidadania é imprescindível, o Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; desempenha esse papel, observável na meta 16.7: “Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 36). O saber dos cidadãos deve sempre ser valorizado, aproximá-los “dos responsáveis pela gestão da cidade [...] possibilita aos governos locais tomarem decisões que atendam às necessidades dos cidadãos” (JUNQUEIRA, 2000, p. 119). Observa-se mais uma vez a integração e inter-ligação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como a importância da apropriação local da agenda, para que ocorram progressos em todas as partes do mundo.

#### **1.4.4 Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais**

Outra característica dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável além de considerar as especificidades e capacidades entre os países e dentro deles é o reconhecimento da vulnerabilidade de determinados grupos. No caso dos povos indígenas, os ODS os reconhecem como ordem que deve receber suporte de maneira diferenciada de acordo com suas necessidades e capacidades.

As pessoas que estão vulneráveis devem ser empoderadas. Aqueles cujas necessidades são refletidas na Agenda incluem todas as crianças, jovens, pessoas com deficiência (das quais mais de 80% vivem na pobreza), as pessoas que vivem com HIV/AIDS, idosos, povos indígenas, refugiados, pessoas deslocadas internamente e Migrantes.

(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 8)

Porém, as atribuições deste grupo vão além destas dadas condições, estes são chamados a contribuir para com a implementação do plano pós-2015, caberia aos indígenas o papel de colaborar para com as avaliações dos progressos realizados pelos Estados. O desenvolvimento sustentável através da Agenda 2030 apresenta-se como uma alternativa ao crescimento estritamente econômico, baseando no progresso social e na proteção ao meio-ambiente e a natureza, oferecendo aos povos originários uma maior visibilidade, bem como espaço para realizarem suas reivindicações (PIMENTA, 2002).

A vulnerabilidade enxergada no índio é consequência de séculos de sofrimentos impostos em nome do ‘desenvolvimento’, determinadas metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável os reconhecem como grupo que deve ser priorizado, como a meta 4.5 que expressa: “Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 23). Ou ainda a meta 2.3 que diz:

Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.

(NAÇÕES UNIDAS, 2014, p. 20).

Porém é ascendente a visão de que os povos indígenas têm muito a contribuir para com o desenvolvimento sustentável, afinal enquanto a natureza foi por anos a fio usada e negligenciada pela sociedade capitalista, os indígenas foram aqueles que permaneceram lutando para a preservação desta. Na contemporaneidade, novos grupos que objetivam a preservação ambiental surgiram sob a identificação de ambientalistas ou organizações não-governamentais, logo, articularem-se e estabeleceram diálogo para com os índios, criando um espaço político singular de demandas sociais e ambientais (PIMENTA, 2002; RICARDO, 2004).

Considerando as diferenciações de territorialidade e de organização reconhecidas oficialmente, cresce a percepção e a aceitação por um conjunto diversificado de atores sociais (instituições de pesquisa e de fomento, ambientalistas e desenvolvimentistas) de que os índios na Amazônia detêm conhecimentos relevantes

sobre os ambientes nas suas terras [...], as quais via de regra estão muitíssimo mais preservadas do que o seus entornos.  
(RICARDO, 2004, p. 125).

Em um panorama onde existe um vasto campo de financiamentos e diversas fontes de recursos nacionais e internacionais, associações indígenas atuam objetivando articular seus projetos de desenvolvimento. Uma vez alinhados com os ODS, os povos indígenas detêm um notável potencial para com a implementação da agenda, através da disseminação de seus conhecimentos sobre a natureza, bem como pela sua capacidade de articulação e integração multissetorial. Não obstante, os desafios e dificuldades que estes povos enfrentam não devem ser minimizados, problemáticas como a proteção territorial e o reconhecimento da cidadania ainda perduram, logo a Agenda 2030 não equivocava-se em tratar os indígenas como povos que merecem ser priorizados e protegidos na dinâmica do desenvolvimento sustentável internacional.

#### **1.4.5 Sociedade Civil**

Desde a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi atribuída à sociedade civil um papel principal na implementação da agenda, afinal os ODS são resultado de um longo processo de consulta pública envolvendo este setor primordialmente. A sociedade civil está categorizada como um dos setores fundamentais na parceria global para a implementação do plano de ação pós-2015, juntamente com os governos, o setor privado, as Nações Unidas e outros atores. (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Esta imprescindibilidade é observável em uma das metas do Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável; no que tange as parcerias multissetoriais o a meta 17.17 diz que é necessário “incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 39). Estas parcerias seriam as responsáveis pelo envolvimento global intensivo, cruzando fronteiras e superando desafios.

O papel da sociedade civil é evidenciado na prática através do lançamento do Mecanismo de Facilitação de Tecnologia, citado anteriormente na seção em que se abordou o papel das Nações Unidas na implementação da Agenda 2030, onde a sociedade civil é incluída na colaboração multissetorial base do MFT. É observável ainda em sua representação no Fórum Multissetorial sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS, bem como nas

avaliações do *United Nations High-level Political Forum on Sustainable Development* (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

A contribuição da sociedade civil para com o acompanhamento da execução da agenda é fundamental para que este processo se dê de maneira eficiente, orientando-se para o longo prazo. Estas avaliações têm ocorrido nos últimos anos de maneira intensa, com fortes contribuições para as discussões sobre desenvolvimento sustentável, não somente problematizando agendas, mas também oferecendo alternativas eficazes através de amplas recomendações nas mais diversas áreas. (NILO;HAZARD, 2014).

Estruturalmente a participação da sociedade civil é possível através de sistemas estabelecidos – especialmente através dos Grupos Principais (*Major Groups*)<sup>4</sup>, que representam nove setores: Mulheres, Crianças e Jovens, Povos Originais, ONGs, Trabalhadores e Sindicatos, Autoridades Locais, Negócios e Indústria, Comunidade Científica e Técnica, Camponeses e Grupos Rurais.

(NILO; HAZARD, 2014, p. 12)

É histórico o reconhecimento de que os governos nacionais sozinhos não são capazes de promover o alcance do desenvolvimento sustentável, isso exigiria não somente a participação de todos os setores como também a participação de todas as pessoas. Este pensamento remete a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, sendo reafirmado pela Conferência Rio + 20.

Assim, a Agenda 2030 surge como uma oportunidade para que a sociedade civil organizada ganhe mais espaço nos debates sobre o desenvolvimento sustentável internacional, neste contexto o fortalecimento da capacidade articulação deste setor é fundamental. “A participação da sociedade civil se constitui como peça fundamental no sistema de articulação entre instrumentos legais, econômicos, de educação, comunicação e de mobilização social, para a construção do desenvolvimento sustentável” (COSTA; TEODOSIO, 2011). A participação deste setor em processos de tomada decisão ou em caráter consultivo é crescente, concedendo legitimidade as próprias organizações, bem como as pautas por elas debatidas.

#### **1.4.6 Negócios e Setor Privado**

Entre os setores que devem participar desta parceria global pela implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável está o setor privado, desde as micro e médias

---

<sup>4</sup> Para mais informações quanto aos Major Groups: <https://sustainabledevelopment.un.org/majorgroups.html>

empresas até os grandes conglomerados e multinacionais. O suporte deste setor aos ODS é observável no Objetivo 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; como por exemplo, na meta 9.5:

Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.  
(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 28)

Assim como a sociedade civil, o setor privado é incluído na colaboração multissetorial base do Mecanismo de Facilitação de Tecnologia, é representado no Fórum Multissetorial sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS, sendo também convidado a contribuir no processo de acompanhamento e avaliação dos progressos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável realizado pelos governos nacionais, bem como no *United Nations High-level Political Forum on Sustainable Development* (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

A atividade empresarial privada é um das forças motriz do crescimento econômico, daí a necessidade de incluí-la no debate e na execução da agenda pós-2015, para que este processo seja cada vez mais inclusivo, bem como esteja acompanhado do progresso social e da preservação ambiental. Como um dos principais responsáveis produtividade e geração de emprego, este setor possui vínculos com o Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Novamente, observa-se o caráter integrado e interligado da Agenda 2030 através da perspectiva de um setor em específico.

Vamos promover um setor empresarial dinâmico e funcional, ao mesmo tempo em que protegemos os direitos trabalhistas e as normas ambientais e sanitárias em conformidade com as normas e acordos internacionais relevantes e outras iniciativas em curso a este respeito, tais como os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos e as normas de trabalho da OIT, a Convenção sobre os Direitos da Criança e os acordos-chave ambientais multilaterais, para as partes nesses acordos.  
(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 41)

Com as discussões sobre desenvolvimento sustentável e adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o setor privado é orientado a adotar uma nova perspectiva para com seu relacionamento com a sociedade e o meio ao qual está inserida. O surgimento novas demandas causam impacto nas dinâmicas de mercado, estimulando as empresas privadas a direcionarem suas capacidades de inovação e criação ao desenvolvimento sustentável, não se limitando ao crescimento econômico, mas também abrangendo a conservação da natureza e a

responsabilidade social, conceito denominado como responsabilidade social (KRAEMER, 2005).

As empresas enfrentam, crescentemente, novos desafios impostos pelas exigências dos consumidores, pela pressão de grupos da sociedade organizada e por legislações e regras comerciais que demandam, por exemplo, proteção ambiental, produtos mais seguros e menos nocivos à natureza e o cumprimento de normas éticas e trabalhistas em todos os locais de produção e em toda a cadeia produtiva. (KRAEMER, 2005, p. 2).

Com base no esquema de Almeida (2003), conforme figura 1, pode-se vincular o papel desempenhado pelo setor privado na implementação da Agenda 2030 a pelo menos meia dúzia de outros objetivos além do ODS 8 e ODS 9, como os ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; ODS 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; ODS 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; ODS 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; ODS 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. “A responsabilidade social corporativa inclui direitos humanos, direitos trabalhistas, proteção ambiental, relações com os fornecedores e o monitoramento dos direitos dos *stakeholders*, conforme é demonstrado na figura 1.” (2003,p. 5).

**Figura 1 - Definição de responsabilidade social corporativa**



Fonte: Almeida (2003)

É cada vez mais reconhecido pelo setor privado, que o desenvolvimento sustentável não é um empecilho ao crescimento econômico, sua participação nos processos de implementação da Agenda 2030 é potencialmente benéfica ao setor que através de estratégias inovadoras tende a obter resultados melhores. “O sucesso do seu negócio também depende de uma troca responsável com o mundo à sua volta e do respeito por quem trabalha com você” (KRAEMER, 2005, p. 49).

O impacto da atuação deste setor já é passível de mensuração, o número de empresas privadas que passam a investir no acompanhamento e avaliação do impacto de suas tecnologias, serviços e produtos na implementação dos ODS é crescente, é ascendente também a quantidade de investidores que assumem a liderança quanto ao suporte a execução da Agenda 2030, tendo sua importância reconhecida por outros *stakeholders* que demandam maiores níveis de investimentos e compromissos mais robustos do setor privado para com o desenvolvimento sustentável. “Obviamente, grandes desafios permanecem. O impacto benéfico no desenvolvimento de muitos investimentos do setor privado geralmente falha em atingir a escala necessária devido a uma combinação de falhas de mercado, lacunas de governança e outros gargalos” (TORRES-RAHMAN *et al*, 2015, p. 7).

O setor privado dispõe de uma grandiosa amplitude de campos e atividades que podem contribuir especificamente para com determinadas metas dos ODS, proporcionando uma espécie de mobilidade sub-setorial que detém a capacidade de desenvolver um olhar estratégico para com a execução do plano de ação pós-2015. Sob esta perspectiva surge novamente à questão da responsabilidade compartilhada pela implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A parceria global é necessária para que os recursos sejam direcionados a projetos específicos que contribuam efetivamente para com a execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Todos os grupos e setores citados anteriormente, incluindo o setor privado, detêm potencialidades de contribuição singulares que possibilitam uma visão universal do desenvolvimento sustentável, permitindo que soluções eficazes sejam desenvolvidas sobre uma perspectiva macro dos desafios a implementação da Agenda 2030.

#### **1.4.7 Comunidade Científica e Acadêmica**

A educação, a pesquisa científica e a inovação são tópicos lembrados em diversas metas da Agenda ODS, sendo esta uma agenda interligada com múltiplas conexões, o sucesso ou o

fracasso no cumprimento destas propostas é determinante para o êxito do plano em si. Para Kestin *et al* (2017) as universidades têm um papel importante a desempenhar na execução dos ODS, isto pois estas instituições são espaços de criação e disseminação de conhecimento, para os autores “as universidades são há muito tempo impulsionadoras poderosas de inovação global, nacional e local, desenvolvimento econômico e bem-estar social” (2017, p. 7).

Diante dos desafios expostos anteriormente no que tange ao processo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a ação da academia é mais que necessária, torna-se urgente. A produção de conhecimento científico e tecnológico voltados para inovação são centrados nas universidades, e estas instituições podem fornecer, além do conhecimento, soluções para as adversidades de implementação da Agenda 2030, meios eficientes para execução dos objetivos, criatividade para lidar com adversidades inesperadas, visão para novas oportunidades e opções de ação voltadas para dos ODS. Apenas uma entidade como academia detém a capacidade de produzir meios eficazes de implementação da Agenda ODS nas esferas locais, regionais, nacionais e internacionais.

Além dessa estrutura própria ideal para produção de práticas voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a academia participa ativamente no processo de formação de mentes humanas. Considerando que a implementação da Agenda 2030 é responsabilidade de todos, as universidades tornam-se um setor com capacidade de influência em escala global, e que, portanto, precisam “garantir que estejam equipando líderes atuais e futuros, tomadores de decisão, professores, inovadores, empreendedores e cidadãos com o conhecimento, habilidades e motivação que os ajudarão a contribuir para alcançar os ODS” (KESTIN *et al*, 2017, p. 8).

É um erro acreditar que a academia se resume a sua estrutura física, bem como que apenas estudantes, funcionários e corpo docente são afetados por atividades desenvolvidas pela instituição. As universidades são instituições complexas, diversificadas, que abarcam práticas sociais, econômicas e ambientais, principalmente em escalas locais e regionais. Estas entidades contribuem reiteradamente com o progresso global, com a adoção dos ODS em sua estrutura interna, o impacto se desdobraria nas mais diversas esferas da sociedade. Esta capacidade de posicionar-se como *stakeholders* e de transitar entre diversos setores atrai a responsabilidade para esta instituição de orientar e liderar parcerias entre diversos setores.

Não somente devido a estrutura interligada da Agenda 2030, mas por si só, uma educação de qualidade conduz ao progresso e impactos positivos no desenvolvimento sustentável em múltiplas escalas, por isso deve ser acessível e universal.

Os ODS reconhecem a importância da educação para o desenvolvimento sustentável através do ODS 4, que apela a fornecer educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Algumas das metas dentro desta meta explicitamente exigem ação das universidades, e muitos outros têm relevância direta para atividades de ensino e aprendizagem dentro das universidades.

(KESTIN *et al*, 2017, p. 11)

Assim como a educação de qualidade afeta diretamente a execução de metas diversas da Agenda 2030 e, portanto, são tópicos decisivos para o êxito da Agenda 2030, a pesquisa tem papel indispensável na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Segundo Kestin *et al* (2017) a pesquisa é a base para compreender os desafios, bem como suas causas, para que assim possam ser formuladas soluções efetivas e perduráveis para as adversidades.

Como dito, as universidades são centros de inovação e criatividade, elas são vistas como instituições neutras que transitam em sua intersectorialidade, desta forma, a academia ver-se em uma conjuntura única, onde pode colaborar na elaboração de práticas e políticas públicas efetivas voltadas para a implementação dos ODS, bem como é capaz de formar parcerias com o setor privado, podendo ainda atuar como uma ponte entre estes setores, estas parcerias entre diversos tipos de instituições, uma vez que efetivadas, irão possibilitar a criação de soluções adequadas para cada tipo de adversidade enfrentada na implementação da Agenda 2030.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dependem da atuação de todos os setores da sociedade e a universidade tem uma função imprescindível nas esferas local, nacional e internacional. A academia tem um papel de liderança a ser assumido de maneira efetiva no processo de implementação dos ODS que não pode ser adiado, o impacto de sua produção, bem como de suas práticas na Agenda 2030 já existe e precisa ser mapeado e analisado assim como os governos nacionais precisam realizar este processo nos Estados, é o primeiro passo para uma adoção integral da agenda na estrutura de governança interna. O capítulo seguinte é dedicado a compreensão do impacto deste setor na implementação do plano de ação pós-2015.

## **2 O PAPEL DA ACADEMIA NA IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)**

O capítulo anterior permitiu que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável fossem apresentados sob a ótica da implementação da agenda, compreendendo inicialmente o processo de adoção do plano pós-2015 e analisando criticamente sua estrutura e perspectivas. Esta metodologia permitiu que os principais desafios inerentes a execução da Agenda 2030 fossem identificados, bem como os atores responsáveis por oferecer soluções e formular estratégias de enfrentamento a estas problemáticas. A parceria global retratada como imprescindível para com este processo conta com a participação de diversos setores, tais como: governos nacionais, organizações internacionais, atores domésticos, sociedade civil organizada, setor privado e a comunidade acadêmica.

Como abordado anteriormente, cada um destes setores detém um tipo de responsabilização singular, cabe aos governos, por exemplo, serem líderes nos processos que contribuam para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou ainda as Nações Unidas oferecerem todo o seu aparato burocrático e organizacional ao apoio destes mesmos processos, aos atores domésticos fica a tarefa de simplificar os ODS através da apropriação nacional, cabe a sociedade civil demandar ações governamentais voltadas ao desenvolvimento sustentável participando ativamente do acompanhamento destas atuações, e ainda, fica a cargo do setor privado contribuir para com a criação de novos padrões de consumo e apoiar financeiramente e através de outros recursos as atividades direcionadas a execução do plano pós-2015. Por vezes, as atribuições destes setores se cruzam e se sobrepõem, tornando a parceria global uma aspiração cheia de potencialidades a serem exploradas a favor da Agenda 2030, bem como a tornando mais complexa.

É neste cenário que a contribuição acadêmica faz-se urgente, sendo este setor dotado de capacidade de produzir conhecimento e práticas eficientes voltadas à implementação da Agenda ODS, bem como sendo principal responsável e produtor de conhecimento científico, da formação acadêmica de qualidade e do desenvolvimento de atividades extensão e tecnologias sociais. Estas características tornam a comunidade acadêmica um setor com capacidade de atuação em escala global e que, portanto, não pode ser negligenciado na formulação de soluções eficientes direcionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Algumas das atividades as quais as universidades podem desempenhar para apoiar o processo de implementação dos ODS, segundo Kestin *et al* (2017), seriam a

construção de parcerias, identificação de desafios, desenvolvimento de soluções, monitoramento de práticas, prestação de serviços de aconselhamento e consultoria a diversos setores, assim como a busca pela difusão e prática dos saberes na sociedade. Ao decorrer deste capítulo estas práticas serão abordadas sob a análise do papel das universidades na execução da Agenda 2030.

## **2.1 A importância da produção científica e tecnológica para o desenvolvimento sustentável**

Historicamente, o conceito de desenvolvimento está vinculado aos de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I), países que dominam – quando dominam - estas esferas mais tardiamente são aqueles que não coincidentemente enfrentam maiores dificuldades para crescerem economicamente, progredirem socialmente e preservarem a natureza. Um dos desafios que muitos destes países enfrentam é a erradicação da pobreza extrema em todas as suas nuances, problema reconhecido pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como uma condição indispensável para o desenvolvimento sustentável. (NAÇÕES UNIDAS, 2015). “Embora todas as três dimensões sejam relevantes, a sustentabilidade econômica é particularmente vital para os países em desenvolvimento, pois muitos deles tendem a ficar presos na pobreza ou em armadilhas de renda média, pois seu crescimento não é sustentado” (LEE; MATHEWS, 2013, p. 1).

A produção de ciência, tecnologia e inovação pode potencialmente contribuir para que os países mais vulneráveis possam alcançar maiores índices de progresso, de acordo com as três dimensões do desenvolvimento sustentável, promovendo o dinamismo e a sustentação do crescimento. Para isso é necessário que estes Estados tenham acesso e domínio destas novas tecnologias, o que é expresso no Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável; através da meta 17.7 que expressa a necessidade de: “Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 37).

Muitos destes países considerados vulneráveis, como os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, precisam desse suporte internacional no que tange a C,T&I para que possam iniciar um processo de recuperação. Através destas parcerias os Estados que antes

receberam apoio podem passar a produzir um tipo de ciência, tecnologia e inovação apropriado e direcionado as especificidades locais, bem como a solução de desafios a implementação dos ODS, desde que alcance determinado nível de desenvolvimento sustentado. O sucesso dos países do Leste Asiático é um exemplo do impacto da priorização da C,T&I como estratégia nacional de desenvolvimento para longo prazo, porém a atualidade oferece aos países que ainda buscam o progresso novos desafios (LEE; MATHEWS, 2013).

A própria Agenda 2030, por exemplo, demanda que as novas tecnologias estejam alinhadas com a preservação ambiental, o que não era exigido quando o crescimento econômico era sinônimo de desenvolvimento. Outras problemáticas inerentes a desenvolvimento baseado na ciência, tecnologia e inovação, por exemplo, são as rápidas mudanças de oportunidades de mercado, ou ainda os direitos de propriedade intelectual que podem restringir as opções de países vulneráveis. O fato é que o processo de recuperação destes países é complexo e ímpar de acordo com as singularidades nacionais, “Apesar das grandes quantidades de ajuda ao desenvolvimento e reformas de políticas nos moldes do Consenso de Washington, a pobreza e a crescente lacuna entre países ricos e pobres ainda prevalecem” (LEE; MATHEWS, 2013, p. 3).

O papel da C,T&I e do ensino superior é determinante no processo de crescimento dos Estados, porém em diferentes níveis, enquanto os países de renda baixa devem direcionar os suportes internacionais nestes campos para a educação a nível básico e médio, bem como a reforma das instituições com o intuito de torná-las mais eficazes, os países de renda média e alta devem priorizar a produção de ciência, tecnologia e inovação, privilegiando-se níveis mais altos de educação, para que assim, não fiquem presos no que Lee e Kim (2009) classificam como ‘armadilha para países de renda média/alta’.

A existência de diversos graus de desenvolvimento é reconhecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável através da assistência especializada aos países em desenvolvimento ou em situações especiais, o respeito à soberania destes Estados e a admissão de seus desafios específicos “inclusive via mobilização, de todas as fontes, de assistência financeira e técnica para fortalecer as capacidades científicas, tecnológicas e de inovação dos países em desenvolvimento para avançar rumo a padrões mais sustentáveis de consumo e produção” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 10) oferece a possibilidade da construção de estratégias de desenvolvimento baseadas nos ODS, mas apropriadas e direcionadas as áreas mais carentes e prioritárias no nível doméstico. Para que estes recursos provenientes da transferência de tecnologias sejam aplicados eficientemente de acordo com o

grau de desenvolvimento do Estado específico surge à necessidade de se reforçar as capacidades estatísticas dos países, bem como suas competências para que possam acompanhar e avaliar o processo de implementação do plano de ação pós-2015. (NAÇÕES UNIDAS,2015).

O tópico de assistência e transferência tecnológica e de conhecimentos é recorrente na Agenda 2030, como um meio de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Estados mais vulneráveis e menos desenvolvidos. É observável, por exemplo, no Objetivo 1 - com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; por meio da meta-meio 1.a que explana sobre a necessidade de:

Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões.  
(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 20)

Ou ainda no Objetivo 2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; através da meta-meio 2.a que explica que se deve:

Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.  
(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 20)

Além dos dois primeiros objetivos da agenda pós-2015, o suporte em ciência, tecnologia e inovação aos países menos desenvolvidos é abordado nos ODS 3, ODS 4, ODS 6, ODS 7, ODS 8, ODS 9, ODS 10, ODS 12, ODS 13, ODS 14, ODS 15, ODS 16 e ODS 17. Ressalta-se seu papel no Objetivo 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação (Quadro 3); e no Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (vide metas 17.1, 17.2, 17.3, 17.4, 17.7, 17.9, 17.11, 17.16, 17.18 e 17.19 no Quadro 2); através das seguintes metas:

**Quadro 3 – Transferência de C,I&T para países em desenvolvimento de acordo com as metas do ODS 9 – Indústria, inovação e infraestrutura**

<p><b>9.3</b> Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados</p>
<p><b>9.5</b> Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento</p>
<p><b>9.a</b> Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento</p>
<p><b>9.b</b> Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities</p>

Fonte: Nações Unidas (2015, p. 28)

Através da análise da relação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a inovação é possível compreender que esta contribui de múltiplas formas para com a implementação dos ODS, impactando diretamente campos como a erradicação da pobreza e da fome, educação de qualidade, saúde e bem-estar para todos, acesso a água potável e saneamento básico, produção de energia limpa e acessível a todos, geração de emprego e renda, industrialização e produtividade responsáveis e inclusivas, redução de desigualdades, consumo sustentável, conservação da vida na água e na terra e construção de sociedades mais justas. Colaborando para com o desenvolvimento em suas três dimensões: crescimento econômico, progresso social e conservação da natureza.

Em suma, a C,I&T tem três papéis principais na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

Em primeiro lugar, são objetivos em si mesmos, como principais impulsionadores do crescimento econômico e da criação de empregos. Em segundo lugar, a ciência é central para a implementação de outros objetivos, por exemplo, novas soluções tecnológicas podem ajudar a enfrentar os desafios relacionados à segurança energética e alimentar. Em terceiro lugar, o conhecimento científico pode apoiar a tradução de metas para as políticas nacionais e ajudar a medir e avaliar o impacto. (PAKSERESHT, 2015, p.1)

Como abordado anteriormente, a Agenda 2030 instituiu um Mecanismo de Facilitação de Tecnologia baseado em uma colaboração multissetorial, composta por uma Equipe de Trabalho Interagencial das Nações Unidas sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS, um Fórum Multissetorial colaborativo sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para os ODS e uma plataforma online. A criação de todo este aparato objetiva coordenar as iniciativas de cooperação em C,T&I no âmbito do Sistema das Nações Unidas, já que estes campos são imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Considerando que cerca de 70% das pessoas pobres do mundo vivem em países de renda baixa a média, é necessário formar uma coalizão global para enfrentar os problemas de desenvolvimento encontrados nestes países, caso contrário a aspiração principal da agenda exposta no ODS 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; não será cumprida. “Em geral, sustentar o crescimento econômico - embora não seja suficiente - é uma condição necessária para o crescimento do emprego e a redução da pobreza nos países em desenvolvimento. Como visto acima, as C,T&I são cruciais para acelerar e sustentar o crescimento [...]” (LEE; MATHEWS, 2013, p. 5).

A parceria global em ciência, tecnologia e inovação possibilita que países não produtores de tecnologias as possam integrar nas estratégias nacionais de desenvolvimento, ainda a oportunidade de apropriação de C,T&I proporciona aos países menos desenvolvidos uma crescente capacidade inovar ecologicamente. Para Lee e Mathews (2013), a contribuição dos países menos desenvolvidos em produção científica e tecnológica sustentável baseia-se no fato de que estes países não estão presos às tecnologias existentes, ao contrário dos Estados desenvolvidos que se prendem a incerteza da lucratividade.

Outras vantagens dos países menos desenvolvidos no que tange a ciência, tecnologia e inovação voltados ao desenvolvimento sustentável são as de que esses países não precisam iniciar o processo de formulação e desenvolvimento de tecnologias do começo, estes podem beber da fonte de conhecimento dos Estados desenvolvidos, ainda os países em desenvolvimento dispõem, em sua maioria, de uma abundância de recursos que podem ser utilizados como força motriz de um crescimento ecológico. “No entanto, para que os países em desenvolvimento realizem esse potencial, eles precisam desenvolver capacidades tecnológicas e ter maior acesso ao conhecimento disponível no mundo desenvolvido” (LEE; MATHEWS, 2013, p. 26), necessidade reconhecida pela Agenda 2030.

Através do processo de acompanhamento e avaliação da execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável os recursos podem ser alocados de maneira mais eficiente,

porém a realidade é que mudanças ocorrem a níveis acelerados na atualidade e desafios surgem a um ritmo surpreendente, neste cenário a inovação (tecnológica e social) desempenha um papel chave de adaptação e formulação de soluções. Não obstante, diante destes novos desafios faz-se necessário que a parceria global apresentada pelos ODS atinja patamares sem precedentes. “Para que isso aconteça, a cooperação para o desenvolvimento pode trabalhar de forma mais sinérgica com os atores de pesquisa e inovação na construção de capacidades de CTI nos países em desenvolvimento [...] (GIOVANNINI *et al*, 2015).

## **2.2 Análise tipológica das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

A separação entre ciência e tecnologia, ou em outros termos, ciência básica e ciência aplicada, é certamente arbitrária, uma vez que essas duas formas de ‘conhecimento’ estão intimamente relacionadas e são mutuamente dependentes. Tradicionalmente, se convencionou entender uma autonomia da ciência básica sobre os demais campos em uma visão linear do progresso científico e tecnológico. Entretanto, recentemente compreende-se de forma mais clara a contribuição do desenvolvimento no campo da técnica e da pesquisa aplicada sobre a própria produção científica. A mesma problemática se manifesta na segmentação das tecnologias sociais e na importância da capacitação humana. Entretanto, para fins didáticos essa separação ajudar a dar mais clareza aos objetivos metodológicos da proposta de análise, assim como permite dar ênfase ao tipo de contribuição da Universidade, em seu sentido mais amplo, às metas.

### **2.1.1 Ciência**

A produção de conhecimento científico é constituída por um corpo de conhecimentos teóricos acumulados ao longo de um processo progressivo de observação e coleta de informações suficientes para identificar, distinguir e descrever as diferentes características do objeto de análise. A ciência possibilita não somente a explicação sobre determinado fato ou fenômeno, permite também a obtenção de graus de previsibilidade acerca do objeto de estudo, bem como a compreensão no que tange a sua interação com outros objetos. (MBARGA; JEAN-MARC, 2009)

O conhecimento científico fundamenta-se no princípio da neutralidade, seguindo os preceitos da racionalidade, com o objetivo de dar respostas a determinadas problemáticas, bem como necessidades humanas específicas. A ciência é capaz de evoluir, a busca por uma visão verdadeira sobre o mundo de maneira dinâmica faz com que o conhecimento científico possa explicar antigos e novos fenômenos, não possuindo uma verdade final. (ROQUE, 2012).

### **2.2.2 Tecnologia**

O conceito de tecnologia está intimamente vinculado ao de ciência, pois está associado a prática de determinado conhecimento teórico. A história da tecnologia está estreitamente ligada à história do homem, não obstante é através dos avanços no que concerne a produção de conhecimento científico que o potencial tecnológico da humanidade passou a ser explorado com cada vez mais eficiência, o pensamento aliou-se a capacidade de transformação.

Assim como a ciência, a tecnologia é dotada de capacidade de transmutação através dos processos de inovação tecnológica, agregando valores e saberes continuamente. A história é prova que o conhecimento tecnológico foi aplicado desde os primórdios da humanidade, quando o ser humano descobriu que sua realidade poderia ser modificada e melhorada, portanto, a tecnologia pertence a um meio, relaciona-se com ele, o modifica e por ele é modificado.

É observável que a tecnologia está distante da neutralidade, a prática de determinado conhecimento científico reflete os valores da sociedade e pode estar vinculada a interesses políticos, assim a ciência básica, com seus princípios de racionalidade e neutralidade, pode nunca ser efetivamente aplicada e permanecer no campo no conhecimento estritamente teórico. A prática do conhecimento é vinculada a identificação de uma necessidade que deve ser atendida, e sua eficácia é medida de acordo com sua utilidade e eficiência no atendimento desta necessidade. Diante disto, da mesma forma que a tecnologia se beneficia do conhecimento científico este também é beneficiado por criações tecnológicas.

É necessário romper com o pensamento de que a tecnologia se restringe a produtos, máquinas e peças fabricadas, o conhecimento prático envolve também metodologias, competências, capacidades e conhecimentos necessários para a realização de determinadas tarefas (VERASZTO *et al*, 2002)

### **2.2.3 Tecnologia Social**

Assim como nos primórdios da humanidade a tecnologia surgia através da percepção que poderia colaborar com a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos, na atualidade o potencial de contribuição da tecnologia para com o progresso e bem-estar da humanidade segue sendo considerável, por meio dos princípios do desenvolvimento sustentável. Para Menezes e Minillo (2016) A tecnologia é capaz de colaborar com a resolução de problemáticas ambientais, sociais e econômicas, contribuindo a preservação do meio-ambiente, bem como com o progresso social.

Como visto anteriormente, o conhecimento aplicado é voltado ao atendimento de uma necessidade, ao mesmo tempo em que é moldada pelo meio ao qual está inserida também é dotada da capacidade de influenciar este meio. Ao longo dos anos a sociedade se beneficiou de maneira imensurável pela tecnologia, avanços nas áreas de saúde, educação, produção, entre outras contribuíram para que o nível de progresso tenha atingido níveis jamais vistos e são alguns destes níveis que colocam o futuro do planeta em risco. Diante disto surge a necessidade de investimentos no conhecimento aplicado e na inovação tecnológica voltados ao desenvolvimento sustentável, a fim de utilizar o potencial do uso da tecnologia para garantir um futuro melhor para todos.

### **2.2.4 Capacitação Humana**

Para desenvolver possíveis resoluções para problemáticas ambientais, sociais e econômicas o conhecimento a cerca destes temas é indispensável, uma vez que se compreendem as especificidades destas questões o processo de desenvolvimento de meios para solucionar os problemas é aprimorado. Para Menezes e Minillo (2016) o desenvolvimento de competências humanas é essencial não somente para resolver adversidades, mas para formular alternativas de promover o progresso.

É através da difusão de conhecimento científico e tecnológico que cada vez mais pessoas estarão aptas a promover o desenvolvimento sustentável, e quanto mais pessoas estiverem envolvidas neste processo mais chances do progresso sustentável, da melhoria da qualidade de vida humana, bem como da preservação do meio-ambiente serem alcançados com êxito.

### 2.2.5 Diagnóstico tipológico das metas dos ODS

A definição de quatro categorias dentro dos campos da CTI permite a construção de uma tipologia capaz de esquematizar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em quatro grandes áreas do conhecimento científico, como exposto no Quadro 4. Permitindo, assim, compreender a natureza dos ODS através de uma análise tipológica de suas 169 metas por meio do alinhamento destas para com pelo um destes quatro conceitos expostos. Devido o caráter integrado e interligado da agenda, não existe o impedimento de certas metas vinculem-se a mais de uma das quatro definições ou que até mesmo não estabeleçam conexões com a tipologia apresentada, já que dada a universalidade do plano, este envolve metas diversificadas, como as inerentes a financiamento e formulação de políticas públicas.

**Quadro 4 – Conceituação de ciência, tecnologia, tecnologia social e capacitação humana**

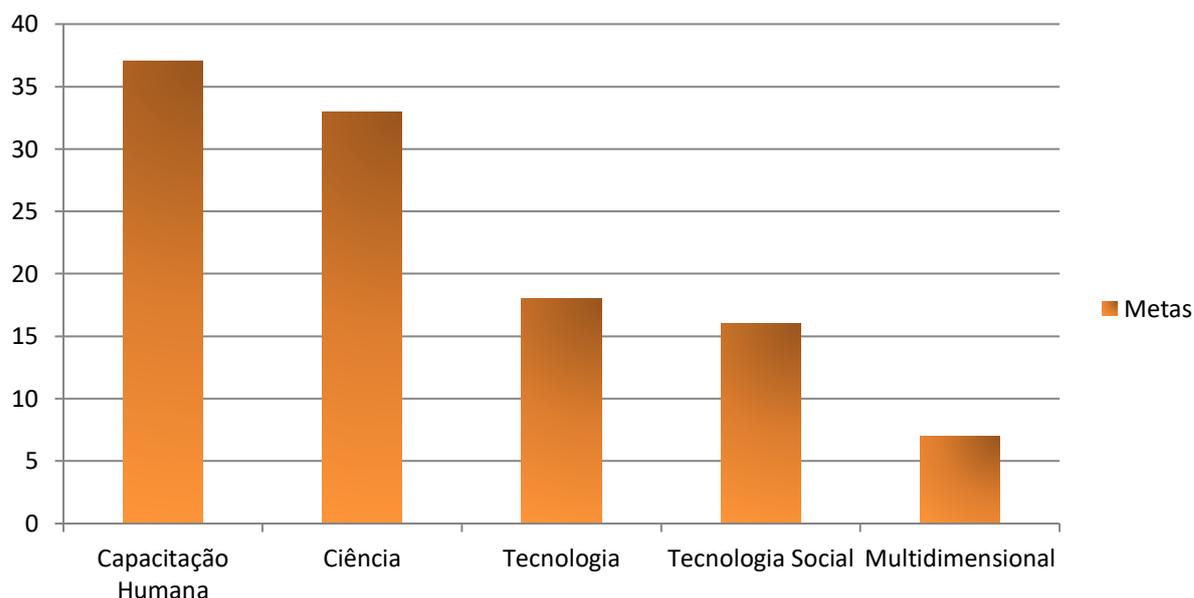
<b>TIPOLOGIA</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
CIÊNCIA	Constitui-se por um corpo de conhecimentos teóricos provenientes de um processo de observação e estudo sobre determinado fenômeno, fato ou objeto.
TECNOLOGIA	Aplicação da ciência (conhecimentos teóricos) à solução de problemas de maneira prática. O conhecimento aplicado pode ser significativamente melhorado e/ou substituído através do processo de inovação tecnológica.
TECNOLOGIA SOCIAL	Tecnologia como uma ferramenta do progresso e do bem-estar social. Emprego do conhecimento aplicado com a finalidade de melhorar a qualidade de vida humana.
CAPACITAÇÃO HUMANA	Preparar pessoas para lidar com situações complexas, provendo conhecimento e alternativas a determinadas problemáticas.

Fonte: Autoria própria

Considerando, portanto, a dada tipologia e a vinculando a cada uma das 169 metas a Agenda 2030, observa-se que 111 do total de metas foram alinhadas a pelo menos uma das quatro categorias, avaliando a ligação a somente um conceito principal observa-se que: 33 metas estão alinhadas a ciência, 18 metas à tecnologia, 16 à tecnologia social, 37 metas da

agenda estão alinhadas com o conceito de capacitação humana, e por fim 7 metas abarcavam mais de duas destas categorias (Gráfico 1).

**Gráfico 1 – Análise tipológica das metas da Agenda 2030**



Fonte: Autoria própria

Através desta tipologia é observável que os ODS formam uma agenda com forte embasamento científico, bem como é um plano de desenvolvimento que não negligencia o âmbito social.

Esses aspectos nos levam a insistir, mais uma vez, na necessidade de uma população cientificamente preparada, que não seja apenas uma espectadora passiva dos problemas que impedem um maior progresso em direção a sociedades sustentáveis, mais justas e mais equitativas. [...] Hoje, a formação científica é, na opinião de especialistas e especialistas, um requisito urgente, que já destacou seu papel estratégico no desenvolvimento de pessoas e povos.  
(MACEDO, 2016)

### **2.3 Relação entre as universidades e a Agenda 2030: Principais escopos de atuação e contribuições**

Considerando que os Objetivos de desenvolvimento Sustentável formam uma agenda fundamentada na ciência e na capacitação humana, como observado na Figura 2, naturalmente o debate se volta ao setor que contribui consideravelmente para com ambos os campos. As universidades detêm uma estrutura singular voltada ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento comunitário, dispondo, assim, de um arcabouço propício a elaboração de soluções de desafios inerentes ao crescimento sustentável. “Acredita-se que a importância de tal estrutura esteja no fato de que as instalações, prontamente disponíveis nas instituições universitárias, incluem equipamentos de pesquisa, mão de obra e o conhecimento multidisciplinar em evolução [...]” (KRUMME *et al*, 2006, p. 2).

Entretanto, todo esse potencial se dispersa quando não direcionado ou ainda, quando isolado, para Andreassen (2013) essas armadilhas, que frequentemente agrilhoam a academia, dificultam o progresso científico, bem como a produção de soluções eficazes para diversas questões. Progressos nas esferas ambientais e da saúde populacional, por exemplo, por vezes são realizados no âmbito da pesquisa acadêmica, porém a distância que a academia põe entre ela e demais setores da sociedade limitam esses avanços. Progredir neste aspecto é fundamental para que as unidades de ensino superior possam desempenhar seu papel mais eficazmente no panorama da parceria global pelo desenvolvimento sustentável, afinal é preciso envolver-se com problemáticas reais para contribuir para com um plano de ação eficiente.

O escopo de atuação da academia dentro do contexto de desenvolvimento sustentável é vasto, porém existem quatro grandes áreas de atividade aos qual esta atuação pode fundamentar-se: (1) Geração, tradução e compartilhamento de conhecimento; (2) Capacitação e educação de novos líderes; (3) Acompanhamento e avaliação do progresso, bem como geração de dados; e (4) Criação e catalisação de inovação (GANTEN, 2016).

As universidades são cruciais para a educação de futuros cientistas, especialistas e líderes. Por meio de sua função de pesquisa, essas instituições desempenham um papel fundamental na criação de conhecimentos e no apoio ao desenvolvimento de capacidades analíticas e criativas que possibilitam a descoberta de soluções para problemas locais e globais, em todas as áreas do desenvolvimento sustentável (UNESCO *et al.*, 2015, p. 16).

No documento de adoção dos ODS “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” a academia é chamada a participar do processo multissetorial de implementação do plano de ação, o que fica explícito no Parágrafo 52:

Nós, os povos” são as celebradas palavras de abertura da Carta da ONU. E são “nós os povos” que estão embarcando hoje na estrada para 2030. Nossa jornada vai

envolver governos, bem como os parlamentos, o Sistema das Nações Unidas e outras instituições internacionais, autoridades locais, povos indígenas, sociedade civil, os negócios e o setor privado, a comunidade científica e acadêmica – e todas as pessoas. Milhões já se envolveram com – e passarão a deter – esta Agenda. É uma Agenda do povo, pelo povo e para o povo – e isto, acreditamos, irá garantir o seu sucesso.

(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 16)

Um dos basilares da Agenda 2030 é a educação de qualidade, exposta no Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; o plano considera que através de progressos no ensino, avanços em diversas áreas de todas as dimensões do desenvolvimento sustentável seriam possíveis, até mesmo a aceleração na implementação da agenda seria simplificada. “Um mundo com o acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 4) integra a visão dos líderes mundiais que adotaram os ODS como novo plano norteador de desenvolvimento internacional, em substituição aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que já apresentavam no ODM 2 - Alcançar o ensino primário universal; uma preocupação com a educação, através de uma agenda visivelmente menos ambiciosa. A educação é citada diretamente, além do ODS 4, nos ODS 3, ODS 8 e ODS 13, demonstrando o caráter integrado da agenda, não obstante o alto impacto do tema em diversas outras áreas.

Além de produzir o ensino propriamente dito, as universidades contribuem para com o desenvolvimento sustentável através de suas atividades de pesquisa, que abarcam a fundamentação científica, a prática dos conhecimentos, bem como a aplicação destes na resolução de determinadas problemáticas, não obstante a adaptação do que é produzido a novos desafios através do processo de inovação. A importância e fomento a pesquisa é citado diretamente nos ODS 2, ODS 3, ODS 7, ODS 9 e ODS 14, sendo fortemente enfatizado no Objetivo 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; na meta 9.5 e meta-meio 9.b (vide Quadro 3).

Na maioria dos países, por exemplo, no Brasil (MENEZES; MINILLO, 2016), são as universidades que lideram a produção de pesquisas científicas e tecnológicas. No caso da América Latina como um todo, são as universidades públicas que lideram os aspectos associados ao progresso do conhecimento, a pesquisa é majoritariamente “financiada por recursos públicos do que privados [...] e os pesquisadores trabalham principalmente nas universidades” (AROCENA; STUZ, 2016, p. 10). A atividade de pesquisa permite: (1) A compreensão dos desafios; (2) A apropriação nacional dos ODS; (3) A identificação e

avaliação de opções; e (4) O apoio a implementação operacional da Agenda 2030 (KESTIN *et al*, 2017).

Consideradas entidades neutras, as universidades podem não somente construir parcerias com múltiplos *stakeholders*, como também tem um papel de liderança na elaboração de planos de ação multissetoriais. A academia, como setor, atua de maneira vasta, emprega, consome, investe, coordena diversas atividades envolvendo um grande número de pessoas, influencia a localidade onde está inserida funcionando basicamente como uma série de pequenas cidades, detendo a capacidade de transitar e estabelecer conexões com setores diversos. Diante do exposto, é observável a importância do alinhamento deste agente para com o plano de ação pós-2015 para o desenvolvimento, mesmo no âmbito individual, quanto no coletivo, neste último caso dispondo de aptidões-chaves para elaboração de soluções a problemáticas locais, nacionais e internacionais.

Como lugares dedicados a criação de conhecimento e ao ensino em benefício da sociedade, as universidades tradicionalmente ocupam uma posição única na sociedade que as faz particularmente adequadas para liderar a implementação dos ODS. Têm a confiança dos cidadãos e são vistos com neutralidade por outros setores. Muitas têm uma grande importância e influência na esfera pública e grande experiência na pesquisa e educação, essenciais para desenvolver habilidades e fomentar a formulação de políticas.

(KESTIN *et al*, 2017, p. 29)

O caminho para o desenvolvimento sustentável e para um melhor futuro para as futuras gerações passa, indiscutivelmente, pelas universidades. Historicamente, os países que superaram o subdesenvolvimento e diminuíram os índices de desigualdade são aqueles que multiplicaram o acesso ao ensino superior, não obstante investiram consideravelmente no setor acadêmico. (AROCENA; STUZ, 2016). O acesso ao ensino superior está intrinsecamente vinculado ao ingresso no mercado de trabalho, ou ao Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos; o nível de escolaridade, majoritariamente, define o tipo de ocupação dos trabalhadores, bem como as condições as quais estes se submetem para por vezes receberem salários insuficientes.

Outra das diversas conexões possíveis é a com o Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; a universidade é dotada de capacidade de capacitação de cidadãos para que estes se mostrem autônomos e livres para criticar e realizar proposições com potencial de transformação da sociedade a qual vivem, como é expresso na meta 16.7: Garantir a tomada de decisão

responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis. (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

É crescente o número de universidades incorporam os ODS em seus planos de gestão institucionais, desde o gerenciamento sustentável administrativo até a integração ao projetos de ensino, pesquisa e extensão (EUROPEAN UNIVERSITY ASSOCIATION, 2018). Agência e órgãos especializados na relação entre as universidades e os ODS surgem como reflexo da urgência de acelerar as ações voltadas ao desenvolvimento sustentável no âmbito universitário, fundamentando-se no Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável; algumas destas organizações são: *Sustainable Development Solutions Network (SDSN)*, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Gestão Responsável em Educação (PRIME), *Environmental Association for Universities and Colleges (EUAC)*, entre outras (KESTIN *et al*, 2017). “A Associação Internacional de Universidades documentou mais de 700 instituições em todo o mundo trabalhando para alcançar os ODS. No entanto, isso provavelmente é apenas uma pequena parte do que as universidades estão fazendo no campo” (JORGENSEN, 2019, p. 2).

Em suma, as universidades tem um potencial de contribuição para com a Agenda 2030 de quatro formas: “(1) Proporcionar o conhecimento e as soluções que sustentem a implementação dos ODS; (2) Criar implementadores (atuais e futuros) dos ODS; (3) Incorporação dos princípios dos ODS através da governança, da gestão e da cultura; (4) Proporcionar liderança intersetorial na implementação” (KESTIN *et al*, 2017).

**Figura 2 – A atuação das universidades através de quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável principais e a conexão destes para com os demais objetivos**



Fonte: JORGENSEN, 2019, p. 3

A Figura 2 representa visualmente a integração do impacto das universidades através de quatro ODS representativos, bem como a conexão destes para com a implementação dos demais objetivos.

## **2.4 Explorando potencialidades: Universidades como parceiras para a implementação dos ODS**

A relação entre as universidades e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável tende a produzir resultados satisfatórios em uma via de mão dupla (Figura 3) onde a academia colabora com a implementação da Agenda 2030, enquanto os ODS oferecem uma nova perspectiva de crescimento para as instituições de ensino superior:

**Figura 3 – Benefícios da relação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Academia**



Fonte: KESTIN *et al*, 2017, p. 8.

Como parceiras da Agenda 2030, as universidades devem acompanhar e avaliar as atividades voltadas para a implementação do plano, para que assim, possam produzir soluções inovadoras aos desafios que surgem no caminho do desenvolvimento sustentável (KRUMME *et al*, 2006). Além disso, através da pesquisa e inovação científica e tecnológica, a academia pode formular estratégias adaptáveis e eficazes para resolução de problemáticas que vem sendo enfrentadas há décadas, como a extrema pobreza e a fome.

Não obstante, para que esta parceria seja realmente produtiva é necessário que as universidades adotem e promovam o plano de ação para o desenvolvimento sustentável pós-2015 como tema de pesquisa através de um processo de internalização profundo que passa pela sensibilização da comunidade acadêmica para com a importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pelo mapeamento e análise das atividades de pesquisa sendo

desenvolvidas e assim conectado-as a agenda, passando também pela priorização de projetos voltados aos ODS, bem como pela prestação de contas sobre o que é produzido academicamente que contribui com o plano de ação e incentivando novas produções, não obstante ao reconhecimento e apoio dos pesquisadores que dedicam todos os seus esforços a descobertas e inovações direcionadas a execução da Agenda 2030 (KESTIN *et al*, 2017).

Considerando que parágrafo 71 do documento de adoção do plano para o desenvolvimento pós-2015 é reiterado que “esta Agenda e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas, incluindo os meios de implementação, são universais, indivisíveis e interligados” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 44), é evidente que as atividades de pesquisa acadêmicas não devem ocorrer de forma isolada, vínculos entre estes projetos devem ser construídos sob a influência dos ODS, bem como a capacidade dos pesquisadores de realizarem pesquisas integradas deve ser garantido através de fundos, bolsas e espaços propícios ao progresso científico e tecnológico, como laboratórios, fóruns e seminários. Diante deste amplo campo de atuação parcerias externas também podem ser realizadas, associações com o setor privado com foco na inovação, por exemplo, oferecem um potencial a ser explorado pela academia (KESTIN *et al*, 2017).

Para além das universidades enquanto estruturas físicas, o setor acadêmico tem muito a contribuir para com diversos setores, no que a Agenda 2030 chama de parceria global, firmada no Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável; considerando que “apropriação nacional é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 44), as universidades devem direcionar-se também para a comunidade externa.

Uma instituição representa um microcosmo da sociedade em que existe e, tratando o campus como um laboratório para explorar os conceitos de sustentabilidade relacionados à operação do campus físico e aos processos de ensino, pesquisa e organização, uma universidade pode modelar a sustentabilidade para a comunidade em geral.

(THE INTERNATIONAL ALLIANCE OF RESEARCH UNIVERSITIES, 2014, p. 125)

Assim, o setor acadêmico deve apoiar a apropriação local e nacional do plano de desenvolvimento pós-2015, no que se pode chamar como processo de ‘territorialização’ ou ‘localização’, que definem por considerar os contextos subnacionais na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (NAÇÕES UNIDAS, 2016). Este apoio pode se dar através do protagonismo na construção de parcerias multissetoriais e assessoramento *stakeholders*, desenvolvimento de soluções a problemáticas singulares inerentes a

determinada região, suporte na formulação dos indicadores nacionais de acompanhamento e avaliação da execução dos ODS e capacitação comunitárias baseada nos valores da Agenda 2030 (KESTIN *et al*, 2017).

Como expresso no Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; o apoio ao desenvolvimento de capacidades de pesquisa em países em desenvolvimento é fundamental para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, esta contribuição pode se dar de diversas formas, como intercâmbios, projetos de pesquisa conjuntos e compartilhamento de experiências e dados. As metas meio 4.b e 4.c dizem que:

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

(NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 23-24)

Através da adoção e promoção dos ODS no ambiente universitário espera-se impacto direto na capacitação e orientação dos estudantes para o desenvolvimento sustentável. Não obstante, quando estes saírem do ambiente acadêmico o farão dotados de conhecimentos e capacidades direcionadas para promoção de mudanças no ambiente em que vivem, participação político-democrática na tomada de decisões e formulação de respostas a desafios e problemáticas da sustentabilidade, no mais estarão preparados para exercer atividades voltadas a implementação dos ODS (THE INTERNATIONAL ALLIANCE OF RESEARCH UNIVERSITIES, 2014). “Os alunos precisam estar cientes dos contextos locais, regionais e globais em que vivem e tomam decisões” (LEVI; ROTHSTEIN, 2018, p. 1).

Para conseguir alcançar este tipo de contribuição, as universidades podem, por exemplo, integrar a Agenda 2030 ao currículo acadêmico e capacitar os responsáveis pela construção dos planos de ensino das instituições de educação superior. Além de aproveitar seu fácil acesso a um grande número de jovens para mobilizá-los em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, principalmente através do desenvolvimento de competência e apoio a movimentos estudantis. Mudanças estruturais também são necessárias:

As universidades são com frequência entidades grandes e podem ter um impacto significativo nos aspectos sociais e culturais e de bem-estar ambiental dentro de seus campus, comunidades e regiões, e em ocasiões muito mais além. Estes impactos se relacionam diretamente com todas as áreas dos ODS e ao atuar

responsavelmente as universidades podem fazer contribuições significativas para seu cumprimento.

(KESTIN *et al*, 2017, p. 24)

Assim, alinhar as estruturas de governança acadêmicas aos ODS é essencial para que as universidades não somente produzam os insumos necessários a implementação do plano de desenvolvimento pós-2015, mas para que também seja um exemplo de setor comprometido para com a agenda, bem como consciente das adequações e investimentos que precisam ser realizados no âmbito interno em pró do desenvolvimento sustentável a nível global.

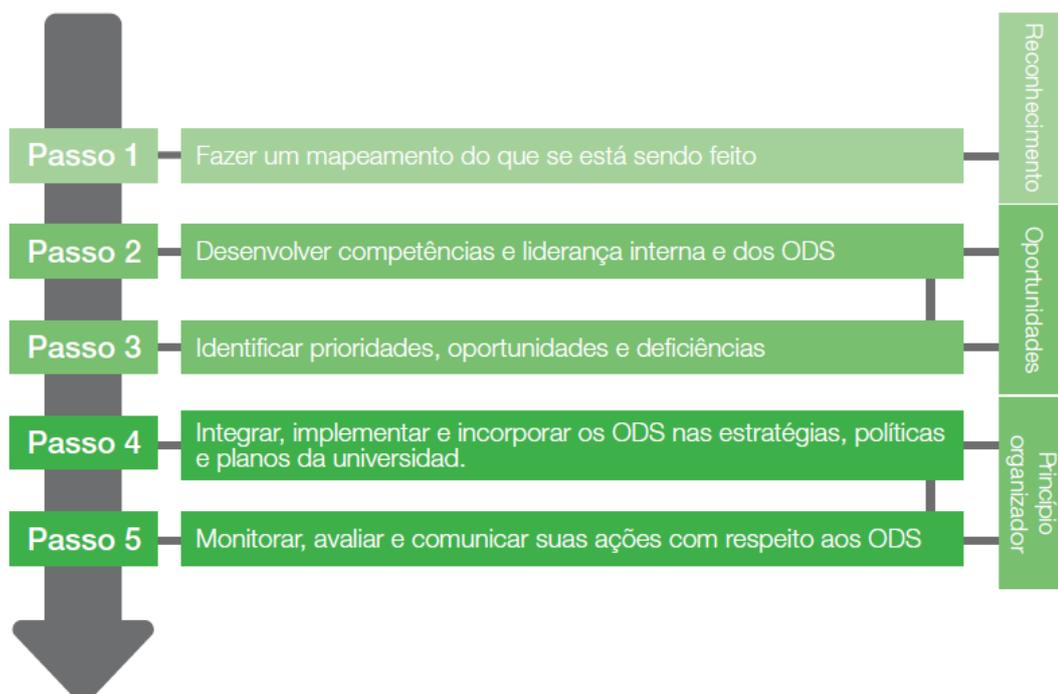
Como visto anteriormente, as universidades são dotadas de características singulares onde dentro do âmbito da parceria global (vide Quadro 2) estas poderiam liderar a formulação de respostas a problemáticas locais, regionais, nacionais e internacionais. Diante da construção de parcerias multissetoriais, o setor acadêmico tem espaço de manobra para fortalecer o compromisso público para com a Agenda 2030 através de capacitações e conferências públicas; facilitar o diálogo interssetorial voltado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável servindo de plataforma de discussões entre demais *stakeholders*; identificar potencialidades em atores afastados do debate; desenvolver ferramentas, recursos e soluções direcionadas aos ODS; buscar meios para reforçar os esforços locais e nacionais para a execução da agenda; construir redes de universidades para troca de experiências e aptidões e ainda; integrar o plano de desenvolvimento pós-2015 aos seus projetos e atividades, bem como a sua estrutura administrativa (KESTIN *et al*, 2017). “A adoção de princípios da sustentabilidade na missão, valores e planejamento das instituições de ensino superior é essencial para gerar um ensino superior sustentável, demonstrando o comprometimento da instituição com o desenvolvimento sustentável” (BERCHIN, 2017).

A liderança em sustentabilidade tem a ver com criar uma visão compartilhada, inspirar mudanças positivas, capacitar outras pessoas, liderar pelo exemplo, facilitar a mudança e aproveitar a inovação e a criatividade para promover uma cultura de sustentabilidade dentro e fora da organização.

(THE INTERNATIONAL ALLIANCE OF RESEARCH UNIVERSITIES, 2014, p. 125)

Visando o fortalecimento do papel da academia na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, algumas medidas podem ser executadas (Figura 4).

**Figura 4 – Processo de integração dos ODS pela Academia**



Fonte: KESTIN *et al*, 2017, p. 32.

Mesmo quando não alinhado - intencionalmente - aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o cotidiano do setor acadêmico é propício a produção de inúmeras contribuições para a execução dos ODS. Porém, para que o impacto seja direcionado e eficiente as universidades devem assumir seu papel como protagonista da mudança, devem tornar-se defensora de um futuro e um hoje mais sustentável. Como visto, este caminho dispõe de muitos desafios e limitações, entretanto a Agenda 2030 oferece a oportunidade para que a academia construa uma plataforma de colaboração com reconhecimento global para o enfrentamento de problemáticas internas e externas inerentes a implementação da agenda.

### 3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Para que a universidade identifique de que modo pode colaborar com a Agenda 2030 é necessário, primeiramente (vide Figura 4), que se obtenham dados sobre o que já se está sendo produzido – mesmo de maneira não proposital – relacionando-se a práticas voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Este processo de mapeamento de produção científica e procedimentos que contribuem com a implementação dos ODS não deve ser formulado e/ou executado igualmente por todas as instituições universitárias, cada uma destas tem suas especificidades e complexidades, portanto devem em sua singularidade chegar ao melhor meio de executar este empreendimento.

A chave para garantir que o processo seja gerenciável é ter clareza sobre os objetivos e resultados do mapeamento e escolher uma abordagem e uma "fonte de dados" de acordo [...] Também pode ser útil adotar uma abordagem progressiva para mapear diferentes tipos de contribuições, em vez de tentar fazer tudo de uma vez. (KESTIN *et al*, 2017, p. 35).

Um meio de iniciar este processo de mapeamento de maneira progressiva seria através da definição de uma metodologia que tornasse possível aferir em determinando âmbito as contribuições da universidade na implementação do plano para o desenvolvimento pós-2015. Hoje, a formação de estudantes no ensino superior baseia-se em três pilares: ensino, pesquisa e extensão e começar pelos projetos de extensão universitária parece ser o caminho natural a ser seguido neste processo de catalogação, já que são estas iniciativas, nas universidades brasileiras, que melhor exemplificam o poder e o dever da academia de não somente executar o saber de maneira prática, mas também difundi-lo e aplicá-lo na sociedade. Afinal, este deve ser o propósito da universidade, democratizar o acesso ao conhecimento e procurar solucionar problemas que afligem a sociedade.

A extensão possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes, como prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa, com as demandas da maioria da população. (SCHEIDEMANTEL *et al*, 2004, p. 1).

As seções seguintes serão dedicadas à identificação da importância dos projetos extensão para o alcance da Agenda 2030, à construção de um inventário dedicado ao mapeamento das contribuições da Universidade Federal da Paraíba através de seus projetos de

extensão, por conseguinte analisar estes projetos diante da ótica tipológica: ciência, tecnologia, tecnologia social e capacitação humana (vide Quadro 4) e por fim, através dos resultados obtidos, explorar oportunidades potenciais disponíveis para a dada instituição como parceira e agente responsável da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Paraíba.

### **3.1 Academia e comunidade: O impacto dos projetos de extensão**

Quando as universidades fazem mudanças estruturais e modificam a dinâmica interna de seu setor isto tem impacto direto no âmbito externo a comunidade acadêmica, seja através das parcerias multissetoriais ou ainda, através dos projetos de extensão que são capazes de influenciar e conscientizar a sociedade (BERCHIN, 2017). A extensão universitária representa a prática e a externalização dos conhecimentos científicos e tecnológicos, em uma dinâmica integrada de parceria entre o setor acadêmico e a localidade (MENEZES, MINILLO, 2016). A extensão possui um papel central na formação de líderes e cidadãos capazes de exercer atividades voltadas à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através dela os estudantes colocam em prática seus conhecimentos, ao mesmo tempo em que permite que a comunidade externa usufrua e se beneficie destas atividades e até mesmo compreenda qual seu papel no processo de alcance dos ODS (RODRIGUES *et al*, 2013).

A relação da universidade com a comunidade se fortalece pela Extensão Universitária, ao proporcionar diálogo entre as partes e a possibilidade de desenvolver ações sócio-educativas que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. E, na medida em que socializa e disponibiliza seu conhecimento, tem a oportunidade de exercer e efetivar o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. (ROCHA, 2007, p. 27).

Dada a capacidade de influência das universidades através dos projetos de extensão na no âmbito doméstico, é latente a necessidade de que esses projetos alinhem-se com os desafios enfrentados pelas comunidades locais, produzindo soluções e realizando capacitações, integrando-se ao contexto local e respondendo a necessidades regionais, para que assim, através de um relacionamento de ganhos mútuos, o setor acadêmico e comunidade possam contribuir efetivamente para com o alcance dos objetivos da Agenda 2030. “A Instituição de Ensino Superior tem como desafio atual, criar espaços para diálogos entre os [...] *stakeholders* envolvendo alunos, professores, funcionários, sociedade e governo na

busca de perspectivas com validade universal e dentro dos princípios da sustentabilidade (CARBONARI;PEREIRA, 2007, p. 25).

A extensão universitária é a ponte entre o conhecimento científico produzido dentro das instituições de ensino superior e as comunidades locais. A mudança de perspectiva na execução destes projetos acarreta modificações em como se dá esta relação, obviamente esperam-se resultados diferentes vindos desta dinâmica. No âmbito das universidades brasileiras, os projetos de extensão apresentam-se como reflexo do compromisso social do setor para com a sociedade, respondendo a necessidades e demandas das pessoas e instituições, uma vez que estas atividades estejam alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável as soluções que se apresentariam a estas problemáticas seriam muito mais profundas e efetivas já que sob a ótica da indivisibilidade da agenda a extensão universitária se efetivaria de maneira mais interligada.

Os projetos de extensão representam uma espécie de fuga da armadilha do isolamento a qual o setor acadêmico é frequentemente filiado. A partir do ‘contato com o mundo real’ as universidades enxergam problemas que não seriam percebidos dentro dos laboratórios universitários, na construção desse compromisso pela transformação a sabedoria popular não deve jamais ser negligenciada e participação popular na formulação de soluções deve ser encorajada em todos os âmbitos, inclusive no relacionamento para com a comunidade acadêmica. “[...] Os projetos de extensão universitária crítica facilitam uma aprendizagem de saberes recíprocos e devem agregar integrantes da universidade e da comunidade popular, sob uma linha horizontal do conhecimento [...]” (CALIPO, 2009, p.4).

A importância da participação popular é citada nos ODS como, por exemplo, no Objetivo 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; através da meta 5.5 que diz que é fundamental: “Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 24). Ou ainda no Objetivo 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; através da meta-meio 6.b que fala sobre a necessidade de “Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 26).

A academia é dotada de uma característica única que deve ser aproveitada com urgência, trata-se de um setor transita tranquilamente entre a pesquisa científica e tecnológica e entre a capacidade de influência da sociedade e localidade da qual fazem parte. A

comunidade acadêmica é capaz de unir o pensar com o fazer, o conhecimento com a prática, o saber e o ensino. Através deste potencial a realidade pode ser transformada e o desenvolvimento sustentável por meio da Agenda 2030 pode ganhar um maior número de defensores, replicadores e implementadores do plano de ação. O vínculo com dos projetos de extensão e as atividades de pesquisa também tem seu papel na formação dos estudantes universitários, afinal “a extensão é um mecanismo da aprendizagem” (GOULART, 2004), que contribui para com a geração de cidadãos conscientes, críticos e capazes de realizar mudanças.

O trabalho da extensão universitária numa perspectiva acadêmica pretende assim, ultrapassar o limite da ciência técnica, do currículo fragmentado e da visão de homem como objeto a ser manipulado, encaminhando-se para uma visão multidimensional, em que as dimensões político-social-humana estejam presente na formação do sujeito, concebido como ser histórico.  
(JENIZE, 2004, p. 4)

Além da capacidade de possibilitar este contato próximo para com a sociedade, a extensão universitária permite também que as universidades estabeleçam parcerias com diversos outros *stakeholders*, (JENIZE, 2004). O financiamento destes projetos, bem como a institucionalização destes tem sido alvo de discussões, logo, é crescente a participação de outros setores além da academia nestes debates e processos. Esta parceria multissetorial pode colaborar para a amplificação do impacto da extensão universitária, para isto faz-se necessário que atores externos não minem o caráter neutro e científico da academia, afinal a mercantilização dos serviços e até mesmo do próprio setor afetaria diretamente o potencial de contribuição dele para com o desenvolvimento sustentável.

É evidente que muito se produz no âmbito universitário, principalmente quando se analisa a tríade que sustenta o ensino superior brasileiro, a contribuição através do ensino, da pesquisa e da extensão é vasta e indissociável, pois a final, estes campos são dependentes e complementares (LIMA *et al*, 2017). Não obstante, para que a universidade alinhe-se por completo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável faz-se necessário compreender como a comunidade acadêmica já contribui para com a implementação da agenda (Figura 4). Um bom parâmetro para que este inventário possa ser feito são os próprios pilares em fundamentam-se as universidades.

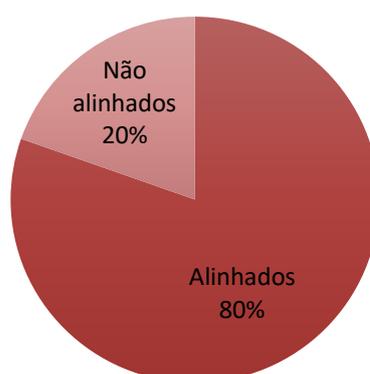
Diante desta imensidão de produção acadêmica deve-se buscar executar um mapeamento de maneira progressiva, de acordo com as especificidades e desafios de cada instituição de ensino, todavia considerando que os projetos de extensão representam o exercício do conhecimento adquirido através da pesquisa pelos acadêmicos frutos do ensino

parece justo começar a esquematização e alinhamento aos ODS pela extensão universitária, que nada mais é que a externalização de conhecimentos, tecnologias e práticas voltadas a solução de problemáticas que afligem a sociedade. A seção seguinte objetiva realizar este processo de inventariado dos projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba executados através do edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) entre os anos de 2018 e 2019, vinculando-os as metas da Agenda 2030.

### **3.2 Extensão universitária e os ODS: Mapeamento da contribuição da UFPB na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) através de seus projetos de extensão**

De acordo com a Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba (PRAC), no ano de 2018 foram aprovados em seu edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) 566 projetos. Após atenciosa leitura dos resumos, bem como localização de palavras chaves nos objetivos específicos de cada projeto foi observado que desta totalidade 447 projetos apresentam conexão com pelo menos uma das 169 metas da Agenda 2030 (Gráfico 2). Deste dado é possível concluir que a extensão universitária já vem contribuindo para com a implementação dos ODS, porém ainda de maneira dispersa e com baixo grau de integração

**Gráfico 2 – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2018 alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**



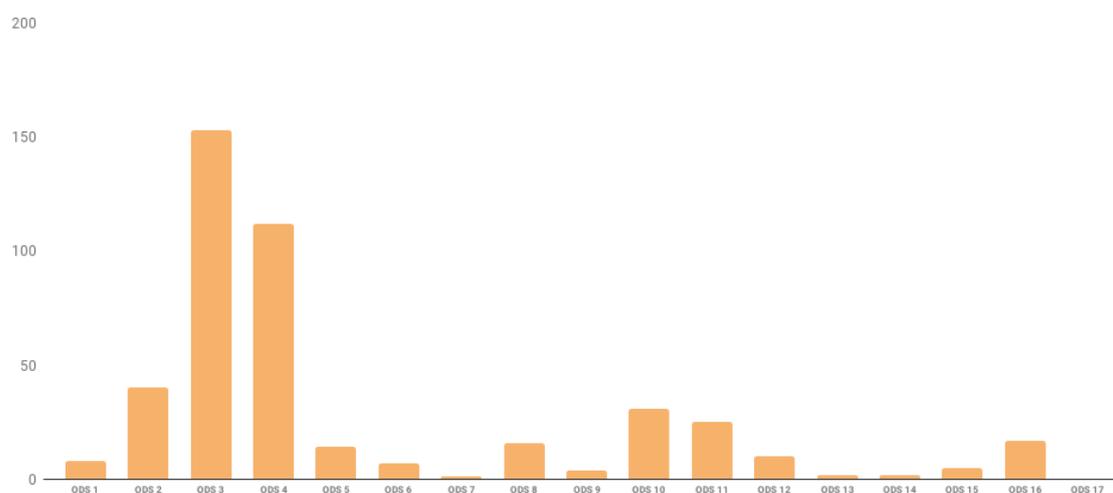
Fonte: Autoria própria

Este alinhamento, em sua grande maioria, não era proposital, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sequer eram lembrados, porém a contribuição do projeto no desenvolvimento de práticas voltadas aos ODS era evidente. Dos projetos alinhados a Agenda 2030 foi observada uma acentuada concentração de projetos de extensão vinculados ao Objetivo 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; sendo 153 projetos alinhados e ao Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; com 112 projetos vinculados.

Esta concentração em determinados ODS é natural, visto que determinadas instituições de ensino superior são voltadas a áreas específicas ou até mesmo tem seguimentos sólidos como, por exemplo, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) que se restringe a cursos de engenharia, ou a Universidade Federal do ABC, que além das engenharias dispõe de bacharelados e licenciaturas em áreas da ciência da natureza e matemática.

O Gráfico 3 mostra a distribuição dos projetos mencionados em relação aos 17 objetivos da Agenda 2030. Como mencionado, os projetos abarcam todos os 16 objetivos temáticos (importante lembrar que o ODS 17 se refere a meios de implementação e não a um tema específico), o que demonstra a abrangência da capacidade de intervenção da UFPB.

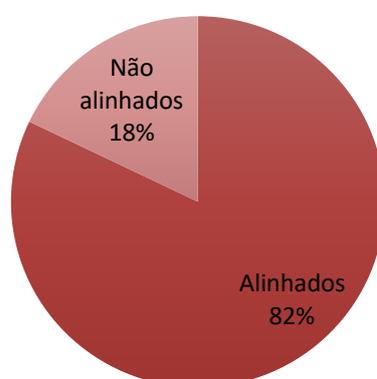
**Gráfico 3 – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2018 vinculados as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**



Fonte: Autoria própria

A mesma metodologia foi adotada para analisar os 542 projetos aprovados pelo Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) no ano de 2019, de acordo com a Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba. Deste total de projetos, 445 foram alinhados a pelo menos uma meta de pelo menos um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável. Observa-se que houve uma constância no número de projetos que se vincularam a Agenda 2030, reafirmando o fato de que a UFPB, mesmo que ainda em processo de apropriação dos ODS, já contribui consideravelmente para com o alcance do desenvolvimento sustentável através de sua extensão universitária.

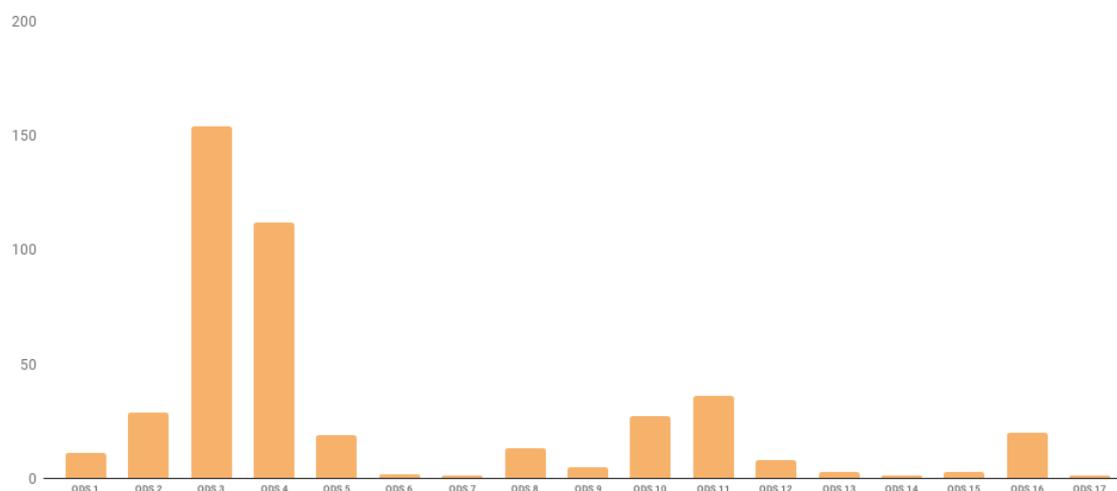
**Gráfico 4 – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2019 alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**



Fonte: Autoria própria

Novamente, (Gráfico 5), foi observada uma concentração de projetos vinculados ao Objetivo 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; sendo 154 projetos e ao Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; com 112 projetos alinhados. Através desta análise se confirma que a Universidade Federal da Paraíba tende a contribuir fortemente nestas duas grandes áreas da agenda de desenvolvimento, bem como a Agenda 2030 também tem muito a colaborar para com um processo de integração entre estes projetos que se encontram em um exercício de atividades disperso.

**Gráfico 5 – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2019 vinculados as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

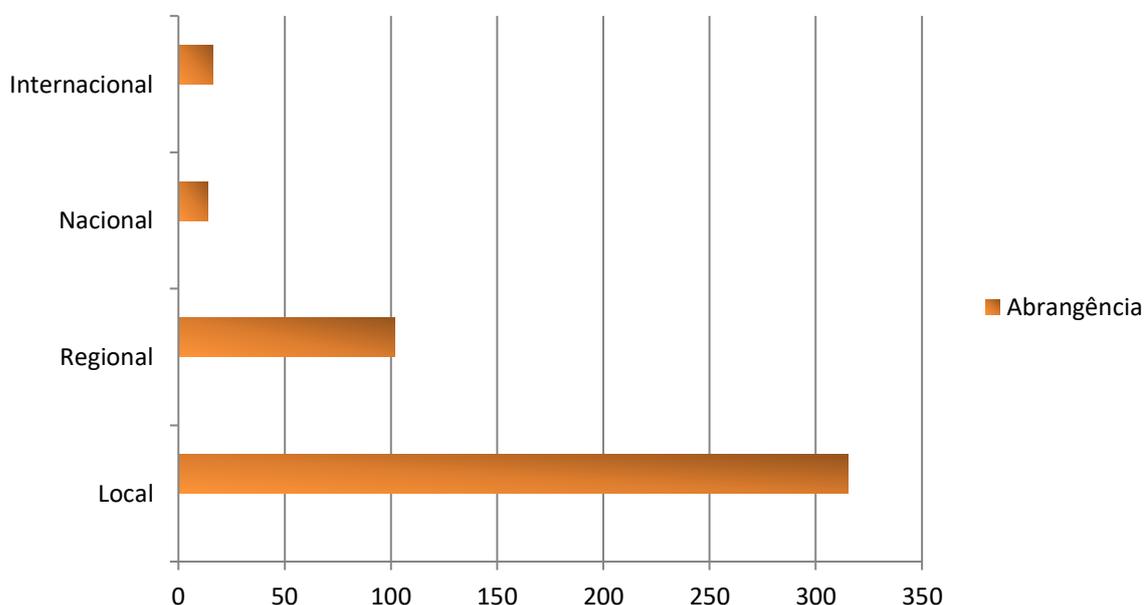


Fonte: Autoria própria

Após o alinhamento dos projetos de extensão universitária aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, surge a necessidade de analisar a abrangência do impacto destas atividades. Através dos dados fornecidos pela Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba (PRAC) este alcance foi categorizado em quatro abrangências: local, regional, nacional e internacional. Os 447 projetos aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) no ano de 2018 que foram alinhados as metas dos ODS foram classificados pelos seus professores coordenadores no seguinte quadro: 315 projetos com alcance local, 102 com alcance regional, 14 com alcance nacional e 16 com alcance internacional (vide Gráfico 5).

Através destes dados é observável que a Universidade Federal da Paraíba cumpre seu papel como agente transformador na localidade a qual está inserida, detendo um grandioso potencial em assumir um papel de ator responsável pela apropriação e implementação dos ODS. Afinal, considerando que estes projetos, majoritariamente, já contribuem com a Agenda 2030, o alinhamento para com a agenda, identificando possíveis forças e fraquezas, não se trataria de um processo inexequível ou desconforme para o que a UFPB executa de antemão, na verdade, este processo seria uma ferramenta na geração de um ambiente melhorado e integrado.

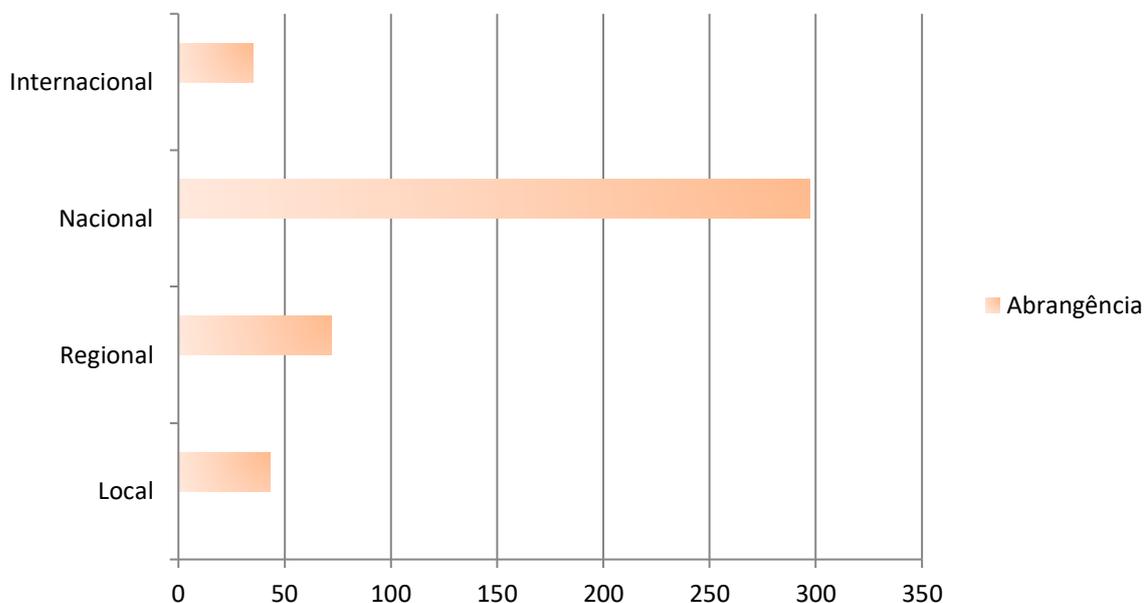
**Gráfico 6 – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2018 de acordo com a abrangência definida por seus respectivos coordenadores**



Fonte: Autoria própria

Diante do impacto local das atividades de extensão da Universidade Federal da Paraíba buscou-se analisar a aplicabilidade destes, ou seja, se projetos categorizados com um alcance local poderiam adquirir um caráter mais abrangente. 447 projetos aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) no ano de 2018 que foram alinhados as metas dos ODS foram classificados segundo avaliação dos resumos e definição de palavras-chave nos objetivos gerais e específicos dos projetos, nas mesmas categorias apresentadas anteriormente: local, regional, nacional e internacional. Através desta análise 43 projetos foram alinhados a uma aplicabilidade local, 72 a uma aplicabilidade regional, 297 a uma aplicabilidade nacional e 35 projetos a uma aplicabilidade internacional (Gráfico 6). Estes dados exemplificam como a Agenda 2030 pode colaborar para que exista uma maior integração não somente dentro da instituição, mas também entre instituições de ensino superior que executam projetos semelhantes, a formação de parcerias poderia ir além do setor acadêmico, contribuindo também com a formação de parcerias multissetoriais.

**Gráfico 7 – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2018 de acordo com diagnóstico de aplicabilidade**



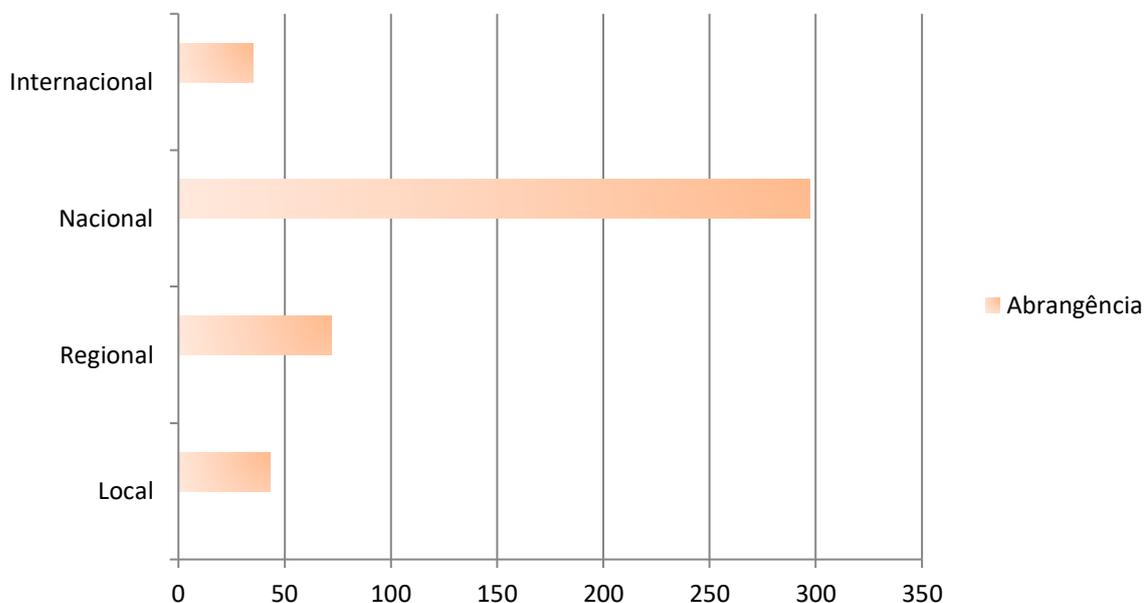
Fonte: Autoria própria

A mesma análise quanto a aplicabilidade dos projetos de extensão foi realizada com os 542 projetos aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) no ano de 2019. Estes foram classificados no seguinte quadro: 79 projetos com aplicabilidade local, 55 com aplicabilidade regional, 256 com aplicabilidade nacional e 55 projetos com aplicabilidade internacional (Gráfico 8). Reforçando assim o potencial de parceria multissetorial entre a Universidade Federal da Paraíba e demais atores interessados, não obstante expandido o impacto das ações do setor acadêmico através da extensão universitária.

É esta parceria global que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável invocam, como é declarado no parágrafo 39:

A escala e a ambição da nova Agenda exige uma parceria global revitalizada para garantir a sua execução. Nós nos comprometemos plenamente com isso. Esta parceria irá trabalhar em um espírito de solidariedade global, em especial a solidariedade com os mais pobres e com as pessoas em situações vulneráveis. Ele facilitará um engajamento global intensivo em apoio à implementação de todos os Objetivos e metas, reunindo governos, setor privado, sociedade civil, o Sistema das Nações Unidas e outros atores emobilizando todos os recursos disponíveis. (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 13).

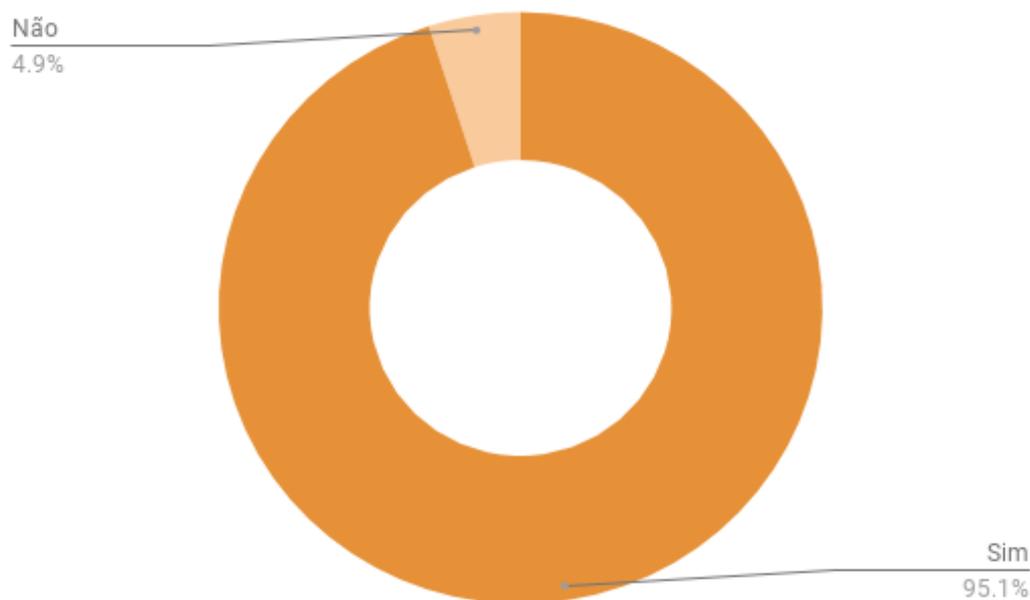
**Gráfico 8– Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2019 de acordo com diagnóstico de aplicabilidade**



Fonte: Autoria própria

Considerando que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem estimular e guiar ações até o ano de 2030 é importante entender a estabilidade do exercício das atividades de extensão universitária, ou seja, se esses são capazes de continuar produzindo e impactando de maneira positiva a implementação dos ODS. Por meio da metodologia utilizada anteriormente, foi-se analisada o potencial de continuidade dos projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba. O que se percebeu foi que, tudo o mais constante, a grande maioria deles conservam a capacidade de serem perenes. Observando os 447 projetos aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) no ano de 2018 que foram alinhados as metas dos ODS é constatado que 530 deles poderiam permanecer em atividade por um longo prazo, enquanto somente 36 devem atingir o que objetivam por completo em um curto espaço de tempo (Gráfico 9).

**Gráfico 9 – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2018 e seu potencial de continuidade**



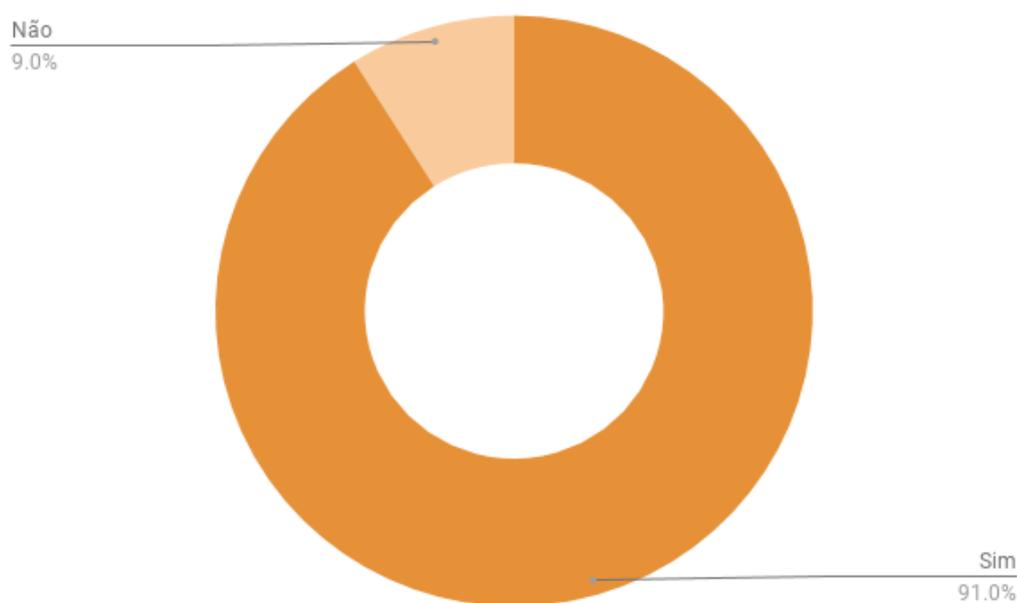
Fonte: Autoria própria

Realizando a mesma análise com os 445 projetos aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) no ano de 2019 que foram alinhados a pelo menos uma meta de pelo menos um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, os valores encontrados são aproximados ao do ano anterior sendo que 405 projetos seriam perenes, enquanto 40 seriam mais breves (Gráfico 10). Este quadro possibilita a observação de que os projetos de extensão executados pela UFPB devem receber investimentos contínuos ao longo do tempo para que seus objetivos gerais possam ser alcançados efetivamente e ainda, para que possam continuar contribuindo para com o alcance da Agenda 2030 no longo prazo, caso contrário o impacto permanecerá em uma esfera superficial ao invés de contribuir de maneira profunda para com a apropriação da agenda inicialmente no âmbito local com possibilidades de expansão através das parcerias com outros *stakeholders*.

O vínculo entre investimentos e o setor acadêmico é uma discussão inadiável, as atividades realizadas pela comunidade acadêmica e científica entrariam em colapso em uma possível omissão de investimentos, e com isso toda a produção em pesquisa realizada no âmbito das universidades falharia, e esta falha afetaria, por conseguinte a produção de conhecimento, tecnologia e inovação voltados ao desenvolvimento sustentável e já que a

extensão funciona com complementaridade dos outros dois pilares do ensino superior sendo eles ensino e pesquisa o próprio relacionamento para com a comunidade externa seria afetado, bem como atendimento de suas demandas.

**Gráfico 10 – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2019 e seu potencial de continuidade**



Fonte: Autoria própria

Esta análise permitiu a construção de um banco de dados vasto, contendo informações importantes sobre a extensão universitária, seu público alvo, seus objetivos, sua abrangência e dentre tantas outras informações que permitem a construção de uma rede acadêmica integrada. É possível também ter acesso a informação de quem e onde na Universidade Federal da Paraíba está contribuindo com a implementação de determinado ODS através da colaboração com uma meta específica por meio da execução de determinado projeto de extensão.

Ganhando a Agenda 2030 progressivamente uma característica de linguagem universal, onde em qualquer país se compreenderá que a UFPB produz conhecimento e contribui com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é essencial que cada vez mais a comunidade acadêmica busque alinhar-se aos ODS, não obstante trabalhe

para construir uma parceria multissetorial voltada a expansão de suas atividades, bem como ao alcance dos objetivos do plano de ação pós-2015.

### **3.3 Análise tipológica dos projetos de Extensão da Universidade Federal da Paraíba: Ciência, tecnologia, tecnologia social e capacitação humana**

No capítulo anterior, as metas da Agenda 2030 foram categorizadas de acordo com uma tipologia (Quadro 4) construída a fim de simplificar a compreensão do caráter da agenda que como diagnosticado anteriormente se trata de uma agenda com fundamentos científicos que preza pela participação da população e contribuição multissetorial. Observou-se que 111 das 169 metas foram alinhadas a pelo menos uma das quatro categorias, que são: ciência, tecnologia, tecnologia social e capacitação humana. Esta tipologia pode ser aplicada a análise dos projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba com o fim de contribuir para com a identificação do impacto da instituição na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

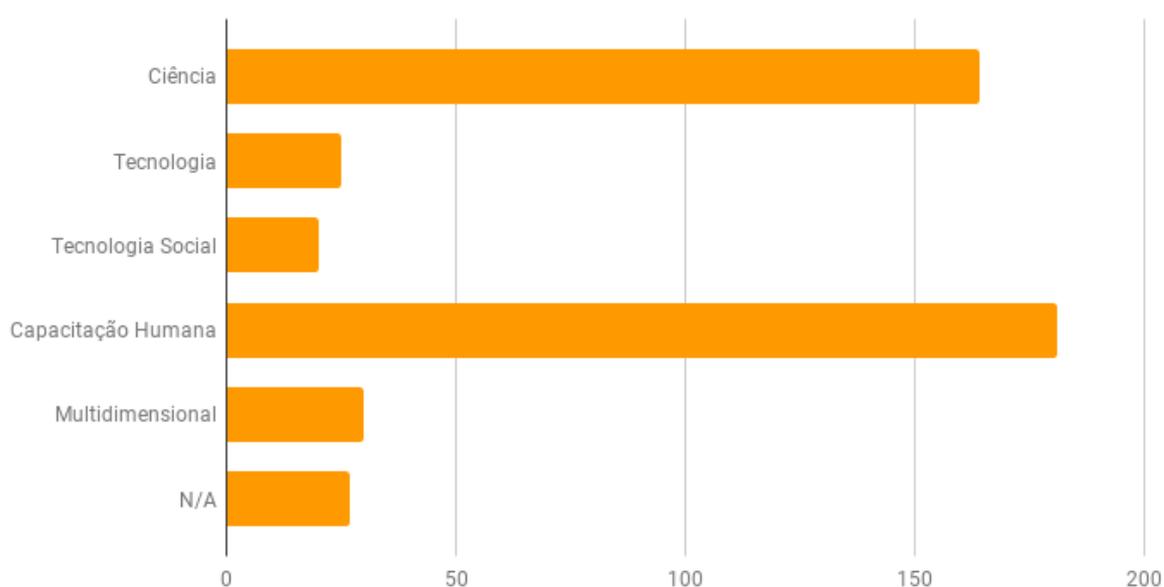
Para executar esta análise, como observado, inicialmente as metas de cada um dos 17 objetivos que constroem os ODS foram alinhadas de acordo com as quatro categorias da tipologia apresentada, a conclusão foi que 33 metas estão alinhadas a ciência, 18 metas à tecnologia, 16 à tecnologia social, 37 metas da agenda estão alinhadas com o conceito de capacitação humana, 7 metas abarcavam mais de duas destas categorias (Figura 2), e por fim 58 do total de metas não eram categorizáveis segundo a tipologia apresentada, pois tratavam de questões singulares como financiamento e apropriação e formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Por conseguinte, os projetos de extensão da UFPB que foram aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal da Paraíba (PRAC) nos anos de 2018 e 2019 foram alinhados as metas da Agenda 2030, sendo 566 projetos e 542 projetos respectivamente. No ano de 2018, 447 projetos apresentaram conexão com pelo menos uma das 169 metas da Agenda 2030 (Figura 6), restando 119 projetos que não se alinhavam aos ODS.

A partir da construção desta relação entre os projetos de extensão universitária e a metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e destas últimas para com as quatro categorias tipológicas, sendo ciência, tecnologia, tecnologia social e capacitação humana, é possível então co-relacionar os projetos de extensão para com a tipologia acima apresentada.

Assim, dos 447 projetos alinhados aos ODS no ano de 2018, 164 estariam alinhados a metas categorizadas como metas-ciência, 25 como metas-tecnologia, 20 como metas-tecnologia social, 181 como metas-capacitação humana, 30 como metas-multidimensionais e 27 projetos estariam alinhados a metas que não possuem vínculo com a tipologia, formando o Gráfico 11.

**Gráfico 11 – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2018 alinhados a ciência, tecnologia, tecnologia social e capacitação humana**

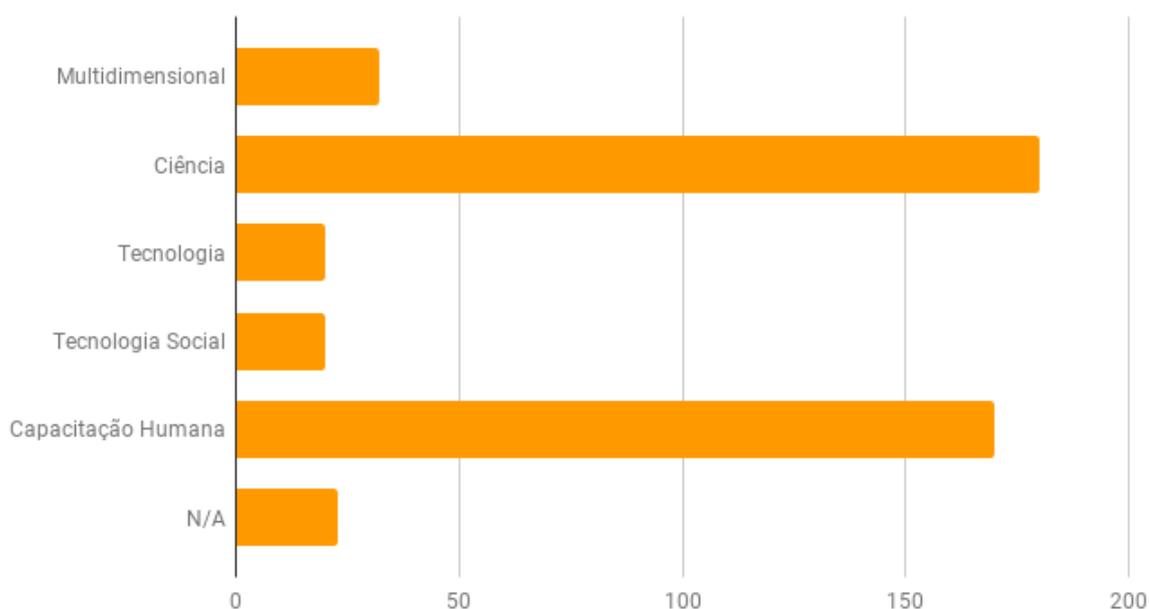


Fonte: Autoria própria

Os maiores índices são os de projetos alinhados a ciência e a capacitação humana, ou seja, a Universidade Federal da Paraíba contribui fortemente para com o alcance das metas da Agenda 2030, principalmente aquelas vinculadas à produção de conhecimento científico e a difusão de saberes e práticas fundamentais para a implementação da agenda, o resultado é coerente para com a própria natureza dos projetos de extensão, a prática do conhecimento desenvolvido dentro da instituição orientado para as demandas da comunidade. A mesma metodologia foi adotada para realizar a mesma espécie de análise para com os 445 projetos alinhados aos ODS no ano de 2019, estes foram categorizados no seguinte quadro: 32 projetos alinhados com metas-multidimensionais, 180 à metas-ciência, 20 à metas-tecnologia, 20 à metas-tecnologia social, 170 à metas-capacitação humana e por fim, 23 projetos alinhavam-se

a metas que não formaram vínculo com a tipologia, formando o Gráfico 12. Novamente, os resultados foram coerentes com os dados do ano anterior, os projetos de extensão voltados à ciência e capacitação humana se sobressaíram com 180 e 170 projetos, respectivamente.

**Gráfico 12 – Projetos de Extensão aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) em 2019 alinhados a ciência, tecnologia, tecnologia social e capacitação humana**



Fonte: Autoria própria

Anteriormente a importância do conhecimento científico para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foi abordada, porém a discussão sobre o valor capacitação também é significativa. O Objetivo 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos; explica como a capacitação internacional é essencial para o alcance desta aspiração, por exemplo, na meta 6.a: “Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento [...]” (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 25). Ainda o Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável; dedica às metas 17.8, 17.9, 17.18 e 17.19 (vide Quadro 2) a exploração das perspectivas que determinam a capacitação como uma ferramenta fundamental para o alcance dos ODS.

Considerando que a Agenda 2030 reconhece como essenciais as dimensões regionais e sub-regionais para a apropriação do plano de ação e que a produção científica e a capacitação são fundamentais para o sucesso da agenda, os projetos de extensão da UFPB mostram-se como perfeitas expressões de como a academia contribui para com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, não obstante expõe as potencialidades a serem exploradas pela Universidade Federal da Paraíba, bem como pelo setor acadêmico em geral, em um alinhamento de suas diversas atividades aos ODS.

### **3.4 Oportunidades a serem exploradas pela Universidade Federal da Paraíba como agente de implementação da Agenda ODS**

Este mapeamento deve ser apenas o começo de uma ampla catalogação que deve ser realizada pela Universidade Federal da Paraíba, o próprio banco de dados construído sobre os projetos de extensão universitária aprovados pelo edital PROBEX pode ser ainda mais explorado para identificação de centros e departamentos que contribuem mais fortemente para com os objetivos da Agenda 2030, ou até mesmo para o reconhecimento de professores e pesquisadores com potencial de serem líderes deste processo de apropriação dos ODS pela comunidade acadêmica. Além disso, através da expansão deste inventário fraquezas e potencialidades poderão ser identificadas e através delas as prioridades de trabalho poderão ser definidas segundo o plano de ação.

Este mesmo levantamento pode ser realizado abarcando os outros dois pilares que juntos sustentam o ensino superior, sendo a pesquisa e o ensino. Projetos de pesquisa, iniciação científica, iniciação à docência e entre outros podem ser inventariados e analisados à exemplo dos projetos de extensão formando uma vasta rede de atividades que contribuem para com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na UFPB. Ainda, um processo semelhante pode ser feito nas produções acadêmicas tais como artigos, monografias, dissertações e teses, identificando autores e temas, bem como o vínculo da dada obra a própria agenda ODS.

Obviamente este processo precisa ser realizado de maneira progressiva, de acordo com as capacidades da instituição, o mesmo se aplica a todas as instituições de ensino superior. Assim como a Agenda 2030 reconhece as problemáticas domésticas inerentes ao seu alcance, as universidades devem buscar desenvolver o entendimento de quais são seus pontos fortes e quais são as lacunas a serem trabalhadas por elas. Esta é uma contribuição da agenda para

com a academia, a possibilidade auto-reconhecimento do setor através da ótica do desenvolvimento sustentável.

Para desenvolver a capacidade e a liderança interna dos ODS é necessário compreender o conhecimento atual e o compromisso com os ODS através da pesquisa, do aprendizado, do ensino, da gestão, da governança e da cultura. Chegar a esse entendimento poderia requerer confeccionar um inventário com a informação compilada [...]

(KESTIN *et al*, 2017, p. 34).

Logo, para que a comunidade acadêmica possa adotar caráter mais participativo quanto à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, primeiramente é necessário promover a cultura do desenvolvimento sustentável, através de seminários, atividades integrativas e capacitações a todo o público que forma a comunidade acadêmica, para que através disto estes possam tornar-se multiplicadores dos ODS, sejam através de seus projetos acadêmicos ou como cidadãos em geral.

A Agenda 2030 oferece a oportunidade de integração interna quando permite que projetos de áreas distintas formem conexões através dos objetivos e metas da agenda, por exemplo, oito projetos de extensão no ano de 2018 alinham a meta 4.4 que aspira que: Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 23). Estes projetos são executados por centros distintos, sendo eles: Centro de Ciências Agrárias, através do Departamento de Ciências Fundamentais e Sociais; Centro de Ciências Aplicadas e Educação, pelo Departamento de Ciências Exatas; Centro de Educação, por meio do Departamento de Psicopedagogia e do Departamento de Habilitação Pedagógica; Centro de Ciências da Saúde através do Departamento de Fonoaudiologia e; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.

O exemplo dos projetos de extensão universitária aprovados no edital PROBEX 2018 da Universidade Federal da Paraíba que se alinham a meta 4.4 exemplificam como uma integração aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelece uma visão muito mais profunda sobre as demandas as quais os projetos de extensão visam atender. Enquanto muito destes centro e departamentos executam suas atividades de maneira individual, outros setores da instituição executam atividades com fins similares, é com este tipo lacuna que os ODS também tem muito a contribuir para com a academia.

Deste modo, mais do que a construir de uma base de dados atualizada com todas as atividades e produção da UFPB alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é

fundamental que estas informações estejam disponíveis em um meio de fácil acesso, não somente para que a comunidade acadêmica e científica usufrua, mas para que outros *stakeholders* e todas as pessoas interessadas em diversas localidades possam fazer uso destes dados, possibilitando assim uma maior interação da instituição para com importantes atores externos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Setembro de 2015 iniciou um debate global dentro e entre os Estados quanto à implementação dos 17 objetivos da agenda. Este trabalho buscou contribuir para com o entendimento das problemáticas inerentes ao tema, analisando principalmente a atuação do setor acadêmico, apontado pela própria agenda como um dos *stakeholders* responsáveis pelo alcance dos objetivos. Argumentou-se, ao longo do trabalho, que as universidades têm um papel fundamental a desempenhar neste processo, pois consistem em espaços de criação e disseminação de conhecimento qualificado e útil, impulsionadores da inovação tecnológica e do desenvolvimento. Estas instituições podem desenvolver soluções criativas e eficientes para o enfrentamento de desafios, bem como podem identificar novas oportunidades de ação direcionadas à agenda.

Além dessa estrutura própria ideal para produção de práticas voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a academia participa ativamente no processo de formação de mentes humanas, sendo um setor com capacidade de influência em escala global. Com efeito, através de uma extensa revisão bibliográfica, verificou-se que as universidades são instituições complexas e diversificadas, que abarcam práticas sociais, econômicas e ambientais, principalmente em escalas locais e regionais. As universidades são vistas como instituições neutras, capazes de transitar entre diversos setores. Desta forma, a academia vê-se em uma conjuntura única, onde pode colaborar na elaboração de práticas e políticas públicas efetivas voltadas para a implementação dos ODS, bem como é capaz de formar parcerias com o setor privado, podendo ainda atuar como uma ponte entre estes setores, atraindo para si a responsabilidade de orientar e liderar parcerias *multistakeholders*.

Para que a universidade identifique de que modo pode colaborar com a Agenda 2030 é necessário, primeiramente, que se obtenham dados sobre o que já se está sendo produzido internamente. Este processo não é o mesmo para todas as instituições de ensino superior, cada uma destas tem suas especificidades e complexidades, portanto devem em sua singularidade identificar áreas prioritárias. Este trabalho iniciou o processo de mapeamento de produção pelas atividades de extensão universitária, com o recorte dos projetos aprovados no edital do Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX) entre os anos de 2018 e 2019, onde se confirmou que a extensão, representando a prática e a difusão dos conhecimentos científicos e

tecnológicos, impacta diretamente o alcance da Agenda 2030, principalmente no âmbito local, com potencial de expansão para cenários mais abrangentes.

Com uma taxa de alinhamento de aproximadamente 80% entre os projetos de extensão dos anos 2018 e 2019 com as metas dos ODS é exposto que atualmente a UFPB através de seus projetos de extensão tem colaborado efetivamente para com a implementação da Agenda 2030 no estado da Paraíba, principalmente através da produção científica e da capacitação humana. Cerca de 90% destes projetos possuem objetivos para longo prazo, portanto devem receber investimentos contínuos para que possam continuar contribuindo para com o alcance da Agenda 2030.

A construção de uma base de dados responsável por fornecer informações capazes de vincular a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ao trabalho realizado na Universidade Federal da Paraíba abriu possibilidades para que cada vez mais esta catalogação seja aprofundada para além da extensão universitária, abrangendo atividades de ensino e pesquisa, contribuindo para que a UFPB adira progressivamente à agenda de desenvolvimento sustentável e abra caminho para que outras instituições de ensino superior façam o mesmo.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **Gestão do Desenvolvimento Sustentável na Indústria Eletroeletrônica**. 2003. Disponível em: <http://www.tec.abinee.org.br/2003/arquivos/s902.pdf>. Acesso em: 17.07.2019.

ANDREASSEN, K. **Academia: a brake on UN development goals**. University of Bergen. 2013.

AROCENA, RODRIGO; STUTZ, JUDITH. **Universidades para el desarrollo**. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. 2016.

BERCHIN, ISSA IBRAHIM. **Instituições de Educação Superior como Agentes de Inovação para o Desenvolvimento Sustentável: Estudo em uma Universidade Comunitária De Santa Catarina**. Universidade do Sul de Santa Catarina. 2017.

BIDERMAN, R., MACEDO, L.S.V ., MONZONI NETO, M. P. , MAZON, R. **Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável**. 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15417>. Acesso em: 17.07.2019.

CALIPO, Daniel. **Projetos de extensão universitária crítica: Uma ação educativa transformadora**. Campinas, 2009. Base de dados do Scielo. Disponível em: [http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/Projetos%20de%20extensao%20universitaria\\_%20Daniel%20Bortolotti.pdf](http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/Projetos%20de%20extensao%20universitaria_%20Daniel%20Bortolotti.pdf). Acesso em: 17.07.2019.

CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. **A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade**. São Paulo, Setembro de 2007. Base de dados do Anhanguera. Disponível em: <http://www.sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewArticle/207>. Acesso em: 17.07.2019.

CARVALHO, P.; BARCELLOS, F. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ODM: Uma avaliação crítica. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 222-244, set./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/viewFile/11176/8976> .

CHASEK, P. S., WAGNER, L. M., LEONE, F., LEBADA, A.-M., RISSE, N. **Getting to 2030: Negotiating the post-2015 sustainable development agenda**. Review of European Comparative & International Environmental Law, 25(1), 5–14. 2016.

COSTA, Daniela Viegas da; TEODOSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Desenvolvimento sustentável, consumo e cidadania: um estudo sobre a (des)articulação da comunicação de organizações da sociedade civil, do estado e das empresas. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online)**. São Paulo. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712011000300006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-69712011000300006&script=sci_arttext). Acesso em: 17.07.2019.

EUROPEAN UNIVERSITY ASSOCIATION. **Universities and Sustainable Development: Towards the Global Goals**. 2018. Disponível em:

<https://eua.eu/resources/publications/798:universities-and-sustainable-development-towards-the-global-goals.html>. Acesso em: 17.07.2019.

FUKUDA-PARR, S. From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development. **Gender & Development**, 24:1, 43-52. 2016.

GANTEN, G. **Sustainable Development Goals: What Do They Mean For Academia?**. World Health Summit. 2016.

GEORGESON, L. MASLIN, M. **Putting the United Nations Sustainable Development Goals into practice**. Geo: Geography and Environment. 2018.

GIOVANNINI, E.; NIESTROY, I.; NILSSON, M.; ROURE, F.; SPANOS, M. **The Role of Science, Technology and Innovation Policies to Foster the Implementation of the Sustainable Development Goals**: Report of the Expert Group “Follow-up to Rio+20, notably the SDGs”. European Commission. 2015.

GOURLAT, ALDERMARO. **A importância da pesquisa e da extensão na formação do estudante universitário e no desenvolvimento de sua visão crítica**. Horizonte, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 60-73, 1º sem. 2004.

HULME, D. **The Millennium Development Goals (MDGs): A Short History of the World’s Biggest Promise**. Brooks World Poverty Institute. BWPI Working Paper 100. 2009. Disponível em: <http://www.manchester.ac.uk/bwpi> . Acesso em: 21.08.2019.

JANNUZZI, P. CARLO, S. **Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI**. Bahia anál.dados. Salvador, v. 28, n. 2, p.6-27, jul.-dez. 2018.

JENIZE, Edineide. **As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária**. 2004. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf901/as-praticas-curriculares/as-praticas-curriculares.pdf> . Acesso em: 21.08.2019.

JORGENSEN, THOMAS. **Universities move to achieve the SDGs – and approach the next hurdle**. European Universities Association. 2019. Disponível em: <https://eua.eu/resources/expert-voices/110:universities-move-to-achieve-the-sdgs-%E2%80%93-and-approach-the-next-hurdle.html>. Acesso em: 21.08.2019.

JUNQUEIRA, R. **Agendas sociais: desafio da intersectorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável**. 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6352/4937>. Acesso em: 21.08.2019.

KESTIN, T; VAN DEN BELT, M; ROSS, K; THWAITES, J; HAWKES, M. **Getting Started With The Sdgs In Universities: A Guide For Universities, Higher Education Institutions, And The Academic Sector**. Sustainable Development Solutions Network (SDSN). 2017.

KOPNINA, Helen. The victims of unsustainability: a challenge to sustainable development goals. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 23, n. 2, p. 113-121, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13504509.2015.1111269> . Acesso em: 08.09.2019.

KRAEMER, M. Responsabilidade Social Corporativa: Uma Contribuição das Empresas para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, v. 4, n. 1. 2005 – Disponível em: <http://revistas.facecla.com.br/index.php/recadm/>. Acesso em: 08.09.2019.

KRUMME, K.; MURAA AJATHI, H.; EHLERS, U.; HANKE, T.; LOCKER-GRÜTJEN, O.; ADELSBERGER, H.; SCHREIBER, U. **The Role of the Academia in Sustainable Development: a new Strategy**. NACHHALTIGKEITSFORSCHUNG. 2006.

KUMI, E.; ARHIN, A. A.; YEBOAH, T. Can post-2015 sustainable development goals survive neoliberalism? A critical examination of the sustainable development–neoliberalism nexus in developing countries. **Environment, development and sustainability**, v. 16, n. 3, p. 539-554, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10668-013-9492-7> . Acesso em: 08.09.2019.

LANCET AND LONDON INTERNATIONAL DEVELOPMENT CENTRE COMMISSION. **The Millennium Development Goals: a cross-sectoral analysis and principles for goal setting after 2015**. 2010. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/4e53/9fe9efcce7a466e478aa37528e9bfd8c2b1e.pdf> . Acesso em: 08.09.2019.

LE BLANC, David. Towards integration at last? The sustainable development goals as a network of targets. **Sustainable Development**, v. 23, n. 3, p. 176-187, 2015. Disponível em: [https://www.un.org/esa/desa/papers/2015/wp141\\_2015.pdf](https://www.un.org/esa/desa/papers/2015/wp141_2015.pdf) . Acesso em: 08.09.2019.

LEE, Keun; MATHEWS, John. Science, technology and innovation for sustainable development. **Economic and social affairs**, ST/ESA/2013/CDP/16. 2013.

LEE, Keun; KIM, Byung-Yeon. Both institutions and policies matter but differently at different income groups of countries: determinants of long-run economic growth revisited. **World Development**, vol. 37, No. 3 (March), pp. 533-549. 2009.

LIMA, J.; SILVA, I.; NASCIMENTO NETO, P.; PEREIRA, C.; BAKKE, L. **A Importância da Extensão Universitária na Formação Profissional: Experiência Vivenciada por Alunos do Curso de Farmácia. II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde**. 2017.

LEVI, LENNART ; ROTHSTEIN, BO. **Universities must lead on Sustainable Development Goals**. University World News. 2018

MACEDO, BEATRIZ. **Educación científica**. Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. 2016.

MBARGA GERVAIS; FLEURY, JEAN-MARC. **O que é ciência?** Curso On-line de Jornalismo Científico. World Federation of Science Journalists. 2009. Disponível em: [http://www.wfsj.org/course/pt/pdf/mod\\_5.pdf](http://www.wfsj.org/course/pt/pdf/mod_5.pdf). Acesso em: 17.07.2019.

MENEZES, HENRIQUE; MINILLO, XAMAN. **O papel da Universidade na Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 3º Seminário de Relações Internacionais: Graduação e Pós-Graduação. 2016.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030 completo-pt-br-2016.pdf> . Acesso em: 17.07.2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 17.07.2019.

NAÇÕES UNIDAS. **A life of dignity for all: accelerating progress towards the Millennium Development Goals and advancing the United Nations development agenda beyond2015.** Report of Secretary-General. 2013. Disponível em: <http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/A%20Life%20of%20Dignity%20for%20All.pdf> . Acesso em: 08.09.2019.

NAÇÕES UNIDAS. **O futuro que queremos.** 2012. Disponível em: <http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/07/CNUDS-vers%C3%A3o-portugu%C3%AAs-COMIT%C3%8A-Pronto1.pdf> . Acesso em: 08.09.2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030.** 2017. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/articulando-os-programas-de-governos-com-a-agenda-2030-para-o-de.html>. Acesso em: 08.09.2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Implementação e Acompanhamento no nível subnacional.** 2016. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/roteiro-para-a-localizacao-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sust.html> . Acesso em: 08.09.2019.

NILO, A.; FERNANDES, C. **Garantir Desenvolvimento Sustentável: O desafio das nações até 2030.** 2015. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12025.pdf> . Acesso em: 12.08.2019.

NYGARD, H. **Achieving the sustainable development agenda:** The governance – conflict nexus. International Area Studies Review. 2017. Vol. 20(1) 3– 18.

NILO, A.; FERNANDES, C. **Garantir Desenvolvimento Sustentável: O desafio das nações até2030.** Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12025.pdf> . Acesso em: 12.08.2019.

NILO, A.; HAZARD, D. **A Agenda Pós 2015: A Sociedade Civil e o Futuro que Queremos Pauta na ONU.** 2014. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/11040.pdf> . Acesso em: 12.08.2019.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Manual de Oslo**. 1997. Disponível em: <https://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>. Acesso em: 12.08.2019.

PAKSERESHT, Louise. **What do the Sustainable Development Goals say about... science and innovation?**. 2014. Disponível em: <http://blogs.royalsociety.org/inverba>. Acesso em: 12.08.2019.

PIETRICOVSKY, I. **Organizações preparam protesto contra Objetivos da ONU para Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/organizacoes-preparam-rotesto-contr-objetivos-da-onu-para-desenvolvimento-sustentavel.html> . Acesso em: 12.08.2019.

PIMENTA, J. **Desenvolvimento Sustentável e Povos Indígenas: Os Paradoxos de um Exemplo Amazônico**. 2002. Disponível em: [http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003\\_josepimenta.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_josepimenta.pdf). Acesso em: 12.08.2019.

POGGE, T; SENGUPTA, M. The Sustainable Development Goals as Drafted: nice idea, poor execution. **Washington International Law Journal**, v. 24; n. 3, p.1-17, 2015. Disponível em: <https://digital.law.washington.edu/dspace/law/bitstream/handle/1773.1/1498/24WILJ0571a.pdf?sequence=4&isAllowed=y> . Acesso em: 20.08.2019.

RICARDO, B. Povos indígenas e “desenvolvimento sustentável”. **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1194/10144.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20.08.2019.

ROCHA, Leliane Aparecida Castro. **Projetos Interdisciplinares de Extensão Universitária: ações transformadoras**, Mogi das Cruzes: UBC, 2007. 84 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Braz Cubas. Programa de Pós - Graduação em Semiótica, Tecnologias de Informação e Educação. Mogi das Cruzes – SP. Disponível em: [http://www.usjt.br/proex/produtos\\_academios/leliane\\_rocha.pdf](http://www.usjt.br/proex/produtos_academios/leliane_rocha.pdf) . Acesso em: 20.08.2019.

RODRIGUES, ANDRÉIA; PRATA, MICHELLE; BATALHA, TAILA; COSTA, CARMEN; PASSOS NETO, IRAZANO. **CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA SOCIEDADE**. Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais. 2013.

ROQUE, ANTÔNIO. **O que é ciência?** Evolução dos Conceitos da Física. FFCLRP – USP. 2012. Disponível em: Acesso: <http://sisne.org/Disciplinas/Grad/EvolConcFis/que-e-ciencia.pdf> . Acesso em: 20.08.2019.

SARWAR, M. B. **National MDG implementation: Lessons for the SDG era**. London, UK: Overseas Development Institute. 2015.

SCHEIDEMANTEL, S. KLEIN, R. TEIXEIRA, L. **A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir**. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte. 2004.

SILVA E LIMA, Marne Thereza. **Implementação e apropriação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Trabalho de Conclusão de Curso. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

SPANGENBERG, Joachim H. Hot air or comprehensive progress? A critical assessment of the SDGs. **Sustainable Development**, v. 25, n. 4, p. 311-321, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/sd.1657> . Acesso em: 20.08.2019.

STAFFORD-SMITH, Mark et al. Integration: the key to implementing the Sustainable Development Goals. **Sustainability Science**, v. 12, n. 6, p. 911-919, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11625-016-0383-3> . Acesso em: 20.08.2019.

THE INTERNATIONAL ALLIANCE OF RESEARCH UNIVERSITIES. **Green Guide for Universities**. 2014.

TORRES-RAHMAN, Z., BAXTER, G., RIVERA, A., & NELSON, J. **Business and the United Nations: Working Together Towards the Sustainable Development Goals: A Framework for Action**.SDG Fund, Harvard Kennedy School. 2015.

UNESCO, UNICEF, UNFPA, PNUD, ONU Mulheres e ACNUR. **Declaração de Incheon - Educação 2030**: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. 2015.

VERASZTO, ESTÉFANO; SILVA, DIRCEU; MIRANDA, NONATO; SIMON, FERNANDA. **Tecnologia**: buscando uma definição para o conceito. PRISMA. 2002.